



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CAMPUS AVANÇADO DE PATU
DEPARTAMENTO DE LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA
CURSO DE LETRAS E RESPECTIVAS LITERATURAS**

JOSÉ WASHINGTON ALVES

**LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL II: UMA ANÁLISE
DO USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
NA BNCC**

PATU

2024

JOSÉ WASHINGTON ALVES

**LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL II: UMA ANÁLISE
DO USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
NA BNCC**

Monografia apresentada à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de licenciatura em Letras - Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Me. Keila Lairiny Câmara Xavier

PATU

2024

A474I Alves, José Washington Alves

LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL
II: UMA ANÁLISE DO USO DAS TECNOLOGIAS
DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA
BNCC. / José Washington Alves Alves. - Patu, 2024.

67p.

Orientador(a): Profa. M^a. Keila Lairiny Câmara Xavier
Xavier.

Monografia (Graduação em Letras (Habilitação em
Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas)).
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação;
Ensino de Língua Portuguesa.. I. Xavier, Keila Lairiny
Câmara Xavier. II. Universidade do Estado do Rio Grande
do Norte. III. Título.

JOSÉ WASHINGTON ALVES

LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL II: UMA ANÁLISE
DO USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
NA BNCC

Monografia apresentada à Universidade do
Estado do Rio Grande do Norte, como requisito
obrigatório para a obtenção do grau de
licenciatura em Letras - Língua Portuguesa.

Aprovado em: 26 / 07 / 2024

Banca examinadora:

Keila Ladiriny Câmara Xavier
Prof.ª Me. Keila Ladiriny Câmara Xavier (Orientadora)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Aline Almeida Inhoti
Prof.ª Dra. Aline Almeida Inhoti
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Sanzio Mike C. Medeiros
Prof. Me. Sanzio Mike Cortez de Medeiros
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para não desanimar durante a realização deste trabalho.

Aos meus pais Agostinho Alves Filho e Margarida Maria de Queiroz Alves, que me incentivaram a continuar firme e forte até chegar à escrita deste trabalho.

À minha professora Me. Keila Lairiny Câmara Xavier, por ter sido minha orientadora e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade.

Às pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica.

Aos meus colegas de curso Alvanir Leão Carlos Bisneta e Klebio Galdino de Andrade Junior, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formando.

Agradeço aos membros da banca examinadora, pela disponibilidade e contribuições, professora Dra. Aline Almeida Inhoti e ao professor Me. Sanzio Mike Cortez de Medeiros.

RESUMO

O uso de ferramentas tecnológicas nos espaços escolares demanda mudanças nas práticas pedagógicas dos professores quanto à aquisição e a mediação do conhecimento. O ensino de Língua Portuguesa na BNCC está pautado no desenvolvimento de habilidades relacionadas à produção, recepção, tratamento e análise da língua, o que ajuda os alunos a participarem de forma significativa e crítica em uma variedade de práticas linguísticas da sociedade, desse modo, busca sempre estabelecer relações entre os textos e seus contextos de produção, além de desenvolver habilidades ao uso significativo de diferentes linguagens em mídias. Sendo assim, sua premissa leva em conta a diversidade cultural, a fim de garantir diversidade para que os alunos adquiram um repertório mais amplo e um relacionamento respeitoso com os diferentes. Nesse contexto, esta pesquisa tem como problemática o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem do componente de Língua Portuguesa na BNCC. Onde tem como objetivo geral analisar as diretrizes apresentadas na BNCC do Ensino Fundamental II sobre o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação como ferramenta metodológica no processo de ensino e aprendizagem do componente de Língua Portuguesa. Em conformidade com esse objetivo, elencamos alguns outros específicos: a) verificar o que diz a BNCC sobre o ensino de Língua Portuguesa usando as novas tecnologias; b) identificar qual é a proposta metodológica que a BNCC tem para o Ensino de Língua Portuguesa fazendo uso das tecnologias digitais; c) investigar quais práticas de linguagens estão presentes no componente de Língua Portuguesa na BNCC. Destarte, para a realização desta pesquisa, nos amparamos em uma abordagem qualitativa, de cunho documental na BNCC, mais precisamente na parte de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental II. O estudo indicou que o documento analisado orienta que em algumas competências específicas, mais precisamente na quatro e cinco da disciplina de Língua Portuguesa, as TDICS devem ser usadas como ferramentas metodológicas no processo de ensino e aprendizagem. Nesse ponto de vista, nos campos do conhecimento em que está dividido o ensino de português há algumas sugestões do uso das TDICS nas aulas, também, algumas habilidades como, por exemplo, a primeira e a sexta apontam nortes e sugestões de como fazer uso das tecnologias como ferramentas pedagógicas para desenvolver o processo de ensino e aprendizagem. Portanto, por meio desta monografia, podemos constatar que a BNCC mostra estratégias de ensino que podem ser baseadas através do uso de ferramentas pedagógicas, como: uso de tecnologias para melhorar o ambiente escolar e viabilizar aulas mais atraentes, nas quais oportunizem aos discentes um espaço de construção coletiva do conhecimento para favorecer o desenvolvimento da aprendizagem. Diante da pesquisa desenvolvida, verifica-se que a maior preocupação da criação de um documento único para a educação é garantir a participação efetiva e ativa dos educandos, com o intuito de melhorar a aprendizagem e contribuir com o desenvolvimento sociocultural.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação; Ensino de Língua Portuguesa.

ABSTRACT

The use of technological tools in schools demands changes in teachers' pedagogical practices regarding the acquisition and mediation of knowledge. Portuguese language teaching in the BNCC is based on the development of skills related to the production, reception, processing and analysis of language, which helps students to participate meaningfully and critically in a variety of linguistic practices in society, thus always seeking to establish relationships between texts and their contexts of production, in addition to developing skills in the meaningful use of different languages in media. As such, its premise takes cultural diversity into account, in order to guarantee diversity so that students acquire a broader repertoire and a respectful relationship with those who are different. In this context, this research is concerned with the use of digital information and communication technologies in the teaching and learning process of the Portuguese language component of the BNCC. Its general objective is to analyze the guidelines presented in the BNCC for Elementary School II on the use of digital information and communication technologies as a methodological tool in the teaching and learning process of the Portuguese language component. In line with this objective, we have listed some other specific ones: a) to check what the BNCC says about teaching Portuguese Language using new technologies; b) to identify what methodological proposal the BNCC has for teaching Portuguese Language using digital technologies; c) to investigate which language practices are present in the Portuguese Language component of the BNCC. Thus, in order to carry out this research, we used a qualitative, documentary approach to the BNCC, more precisely in the Portuguese Language part of Elementary School II. The study indicated that the document analyzed guides that in some specific competences, more precisely in four and five of the Portuguese Language subject, TDICS should be used as methodological tools in the teaching and learning process. From this point of view, in the fields of knowledge into which the teaching of Portuguese is divided, there are some suggestions for the use of TDICS in classes, as well as some skills, such as the first and sixth, which point to guidelines and suggestions on how to use technologies as pedagogical tools to develop the teaching and learning process. Therefore, through this monograph, we can see that the BNCC shows teaching strategies that can be based on the use of pedagogical tools, such as: the use of technologies to improve the school environment and enable more attractive classes, in which students are given a space for the collective construction of knowledge to favor the development of learning. In the light of the research carried out, it can be seen that the main concern in creating a single document for education is to guarantee the effective and active participation of students, with the aim of improving learning and contributing to socio-cultural development.

Keywords: *National Common Core Curriculum (BNCC); Digital Information and Communication Technologies; Portuguese Language Teaching.*

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
2 HISTÓRIA E AS LEIS	15
2.1 Os marcos legais da BNCC e o cenário político ideológico.....	16
2.2 O Ensino de Língua Portuguesa nos Anos Finais do Ensino Fundamental e as Tecnologias de Informação e Comunicação.....	27
3 A BNCC E AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA	40
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	66

LISTA DE ABREVIATURAS

BNCC -Base Nacional Comum Curricular

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONAE - Conferência Nacional de Educação

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

LDB –Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional

LP – Língua Portuguesa

MEC –Ministério de Educação e Cultura

PCENES - Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental

PNE –Plano Nacional de Educação

ONU - Organização das Nações Unidas

TDIC - Tecnologia Digital de Informação e Comunicação

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na sociedade atual, estamos cada vez mais imersos em um mundo digital; no qual há forte compartilhamento de informações e conhecimentos, isso tem causado transformações no relacionamento das pessoas que vivem e interagem nesses espaços virtuais contemporâneos. Nessa conjuntura, é importante destacar que as informações circulam de uma forma mais acelerada, sobretudo, com o auxílio dos recursos tecnológicos. Assim, o desenvolvimento de Tecnologia Digital da Informação e Comunicação (TDIC) tem motivado, nessa dinâmica, alterações em múltiplas atividades humanas e em diferentes áreas do conhecimento.

Nesse contexto, podemos destacar a influência das TDIC na área educacional, pelo fato de proporcionar um grande potencial para a implantação e geração de novas informações. Por isso, quando as escolas conseguem acompanhar os avanços das TDIC, implementando-as nas práticas pedagógicas e levando em consideração os documentos oficiais da educação, especialmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), possibilita um processo de ensino e aprendizagem mais significativos.

Nessa circunstância, destacamos que a escola tem um papel fundamental no processo de ensino, contudo, para que atenda as exigências e as demandas da sociedade, no que diz respeito ao processo de aquisição de conhecimentos, as repartições escolares devem reconhecer os momentos históricos vivenciados pelos seus alunos. Para isso, é de fundamental importância pensar em uma referência obrigatória que trace toda a trajetória dos educandos e que apresente as habilidades que os alunos devem adquirir em cada ano e etapa de escolarização, ou seja, uma referência que estabeleça as competências necessárias para que o aluno termine cada ano escolar com os conhecimentos adequados as etapas de escolarização.

Com o objetivo de atender as exigências de um currículo único para todo o país, o Ministério da Educação - juntamente com outros segmentos educacionais - criou e disponibilizou para todas as escolas a BNCC, documento que estabelece habilidades, competências e objetos de aprendizagem para todas as escolas do território brasileiro. Essa base se compromete em ser referência para a Educação, pois é através dela que os professores e as escolas irão trabalhar de maneira a preservar a equidade nos processos de ensino e, conseqüentemente, na aprendizagem.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento introduzido para orientar as práticas escolares em nível nacional. Para tal, os objetivos, as áreas de atuação, os níveis e o campo de ensino apresentam-se como referências essenciais na elaboração e na aplicação de propostas curriculares e pedagógicas.

Nesse contexto, destacamos que a educação nacional foi moldada e fortalecida ao longo dos anos com a ajuda de políticas estatais como: A platônica nessa política quem elabora as normas educacionais são os representantes do Estado, onde são quem criam as leis e as normativas sobre como deve ser o sistema de ensino público do Brasil tem também a aristotélica que é uma política educacional municipalizante. Dessa forma, a BNCC faz parte dessa estrutura política, tendo em vista que foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação no dia 20 de dezembro de 2017 e homologada pelo Ministro da Educação, José Mendonça Filho. Sendo assim, é um documento que se aproxima do sistema educacional mais famoso do mundo e representa uma nova era na educação pública, tendo uma estrutura que preza pela diversidade.

Assim, é de fundamental importância que as escolas de Educação Básica repensem suas metodologias e seus projetos de ensino, desse modo, espera-se que venham a elaborar propostas didáticas voltadas para o uso das TDIC, com o objetivo de levar os educandos a aprenderem de forma mais prazerosa os conhecimentos linguísticos, no que diz respeito, sobretudo, ao componente curricular de Língua Portuguesa. Nesse contexto, destacamos que as TDIC trazem consigo um leque de ferramentas que facilitam a aprendizagem de qualquer disciplina do currículo escolar de forma mais interativa.

Por isso, inseridos nesse mundo moderno que está se transformando de maneira acelerada, devido ao surgimento das novas tecnologias, vemos a necessidade de trabalhar práticas pedagógicas inovadoras, com o objetivo de desenvolver em nossos alunos diversos conhecimentos linguísticos, tais como: fonética, fonologia, sintaxe, semântica, pragmática e estilística. É claro que a tecnologia não é responsável por toda a transformação cultural da sociedade, mas quando bem utilizada, traz grandes contribuições para o processo de ensino e aprendizagem. Por isso, é necessário que a escola e os professores procurem se atualizar para atender às exigências das demandas da sociedade moderna, buscando trabalhar os conteúdos de português de forma mais dinâmica e atrativa. Para isso, podem se subsidiar nas TDIC que são ferramentas muito ricas em

conteúdo e que podem auxiliar os professores e os alunos no processo de aprendizagem de uma forma mais dinâmica e contextualizada.

Assim sendo, é imprescindível que o educador acompanhe a evolução tecnológica para que o processo ensino e aprendizagem ocorra de forma eficaz e contemple as propostas oriundas da BNCC; sendo de fundamental importância repensar o papel da escola e do professor, pois a sociedade moderna demanda um educador reflexivo. Dessa forma, o interesse no desenvolvimento desta pesquisa surgiu, primeiramente, pela veemência em querer estudar o que diz a BNCC sobre o uso das Tecnologias Digitais no processo de ensino e aprendizagem do componente curricular de Língua Portuguesa, levando em consideração inúmeras mudanças que são possibilitadas com o surgimento das TDICS e que exigem um novo olhar dos educadores sobre a inserção desses recursos como aliadas de forma colaborativa no processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, esta pesquisa partiu do seguinte questionamento de ordem geral: Quais são as Diretrizes Apresentadas na BNCC do Ensino Fundamental II sobre o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação como ferramenta metodológica no processo de ensino e aprendizagem relacionadas ao componente de Língua Portuguesa? De acordo com esse questionamento, elegemos outros específicos: a) O que diz a BNCC sobre o ensino de Língua Portuguesa usando as tecnologias digitais? b) Qual é a proposta que a BNCC apresenta para o ensino de LP fazendo uso das tecnologias? C) Quais práticas de linguagens estão presentes no componente de Língua Portuguesa na BNCC?

Desse modo, a partir dos questionamentos, elencamos o seguinte objetivo geral: Analisar as diretrizes apresentadas na BNCC do Ensino Fundamental sobre o uso das tecnologia digital de informação e comunicação como ferramenta metodológica no processo de ensino e aprendizagem do componente de Língua Portuguesa. De acordo com objetivo geral, elegemos os seguintes objetivos específicos: i) verificar o que diz a BNCC sobre o ensino de Língua Portuguesa usando as novas tecnologias; ii) identificar qual é a proposta metodológica que a BNCC tem para o Ensino de LP fazendo uso das tecnologias; iii) investigar quais práticas de linguagens estão presentes no componente de Língua Portuguesa na BNCC.

Diante do que foi dito, o desenvolvimento desta pesquisa é relevante tanto para o curso de Letras da UERN, quanto para a Educação Básica, o ensino do

componente de Língua Portuguesa, o currículo, as discussões que perpassam a BNCC e para os outros campos de ensino que aqui nos colocamos a discutir. Destacamos, também, que esse trabalho poderá possibilitar contribuições para os docentes e futuros professores de língua portuguesa.

Além disso, é imprescindível destacar que há motivações pessoais e profissionais envolvidas na escolha desse objeto de estudo. Tratando-se das justificativas enquadradas dentro do campo pessoal, destacamos o nosso interesse em estudar temas voltados para o ensino de LP, as TDICS e a BNCC. Diante disso, o que nos levou a pesquisar sobre esse tema é a familiaridade que temos com o uso das tecnologias.

Por sua vez, as justificativas centradas dentro do campo profissional apresentam uma abordagem inovadora para a análise dos processos educacionais, contribuindo para a evolução dos estudos centrados nessa área apresentando uma abordagem inovadora para a educação e para o ensino de LP, uma vez que acreditamos que as contribuições decorrentes desta pesquisa serão de grande valia para os futuros estudos sobre a BNCC e as tecnologias e, além do mais, promoverá uma reflexão para a necessidade de criar (se não existem) e/ou repensar os métodos de ensino fazendo uso das TDICS nas aulas de língua portuguesa.

De forma geral, consideramos que a nossa pesquisa é elucidativa e importante para o campo educacional, principalmente, o que estamos analisando neste trabalho. Ademais, a escolha por essa temática, também, encontra-se postulação no valor que a criação de um documento referencial único tem para a Educação Brasileira, além da importância que este trabalho irá trazer para as discussões sobre a BNCC. Portanto, a realização dessa investigação possibilita diferentes contribuições que se interligam a área de estudo a qual a proposta desta pesquisa se encontra vinculada.

Nesse ponto da investigação, o pesquisador deve fazer novas descobertas e refletir sobre o planejamento, a dedicação e o esforço do pesquisador. Dessa forma, o presente estudo tem como referencial teórico Almeida (2010), Morin (200), Moran, Masetto e Behrens (2014), Leite, Pocho e Sampaio (2014), Barreto (2000), Lopes e Macedo (2011; 2020), Brasil (2018) Antunes (2003), dentre outros que tratam da temática abordada.

Nossa pesquisa é de cunho documental, segundo Helder (2006, p. 1-2) “A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam

tratamento analítico por nenhum autor. [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas”. O *corpus* deste trabalho é constituído pela BNCC em que os dados foram analisados com base no uso das TDICS nas aulas de LP do Ensino Fundamental II. As ferramentas de averiguação desta pesquisa foram realizadas através de um esboço exploratório; utilizamos como instrumento de coleta de dados em trabalhos como artigos e monografias e livros que falam sobre a temática em estudo, exemplo: A inteligência da complexidade, tecnologias digital e mediação pedagógica, tecnologia educacional, teorias de currículo, BNCC, Aula de português encontro e interação; entre outros.

De acordo com Minayo (2010, p. 16) “a pesquisa é a atividade principal da ciência na sua investigação e constituição do fato. É a pesquisa que mantém a atividade de ensino e a moderniza frente à realidade do mundo”. É através das pesquisas científicas que novos conhecimentos e métodos são descobertos, desse modo, o método científico é um conjunto de procedimentos, normas e técnicas utilizadas para validar pesquisas técnicas e contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico.

Quanto aos objetivos, essa investigação se caracteriza como exploratória, pois segundo Gil (2002, p. 41) “pesquisas dessa natureza tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, inclui levantamento bibliográfico”. Logo, este estudo adota como abordagem de pesquisa a qualitativa, tendo em vista ser aquela que não pode ser medida apenas com números e dados obtidos por meio de questionários. É importante enfatizarmos que é um estudo que visa compreender aspectos mais subjetivos como comportamentos, pensamentos, opiniões etc., pois aqui analisamos e encontramos dados que podem contribuir para o campo de ensino de Língua Portuguesa.

Nossa monografia organiza-se em etapas, inicialmente apresentamos a introdução, em seguida, dividimos o trabalho em dois capítulos: o primeiro, intitulado: Legislação educacional, currículo, o ensino de Língua Portuguesa e o uso das tecnologia digital de informação comunicação (TDIC), encontra-se segmentado nos seguintes subcapítulos: Os marcos legais da BNCC e o cenário político ideológico; O ensino de Língua Portuguesa nos anos finais do fundamental; As tecnologias de informação e comunicação; segundo capítulo, intitulado: A BNCC e as tecnologias digitais nas aulas de língua portuguesa, por último, teremos a conclusão.

2. HISTÓRIA E AS LEIS

No ano de 1996 é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que em seu Artigo 26, regulamenta uma base nacional comum para a Educação Básica. A LDB é a lei educacional mais importante do Brasil, tem como objetivo garantir o direito de todas as pessoas à educação gratuita e de qualidade, valorizar os profissionais da educação e estabelecer as responsabilidades dos governos federais, estaduais e municipais no que diz respeito à educação pública.

A importância da LDB para a educação é fundamental, principalmente para os professores, pois auxilia que esses profissionais entendam essas diretrizes para que não negligenciem seus direitos como profissionais da educação e sejam capacitados para lutar por uma educação melhor. O problema da educação brasileira não é a falta de leis que garantam os direitos dos alunos e dos professores a uma educação de qualidade, a LDB já afirmou bastante sobre esse assunto em seus artigos, o problema é que muitos professores não têm o conhecimento e não exigem o cumprimento das leis e os esforços dos funcionários do governo para fornecer educação básica de qualidade às nossas crianças e jovens.

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (Brasil, 1996, p.19).

No artigo citado, podemos observar que antes da BNCC, os currículos do ensino fundamental e médio já contemplavam uma parte diversificada, assim, essa parte era destinada a valorizar o desempenho social, cultural e econômico da região e o desempenho da comunidade na qual a escola está inserida. Nessa visão, é uma parte flexível do currículo em que os departamentos de educação podem agregar as necessidades e interesses das realidades locais, sejam municípios, comunidades ou regiões do país.

A LDB incentiva a criação de uma base comum curricular a ser contemplada por uma parte diversificada que atenda as exigências locais. É importante salientar que a BNCC não exclui os outros documentos oficiais como a LDB e os PCENES, mas baseia-se neles, além de permanecer em consonância. Por isso, nos apresenta

nortes a serem seguidos durante o processo de ensino e aprendizagem para que os alunos possam adquirir os conhecimentos básicos necessários para a vida. Além disso, o documento sinaliza que as tecnologias digitais na educação devem tornar-se uma interface linguística comum entre professores e alunos, promovendo a interação entre os dois lados.

A utilização das TDICS no ensino de Língua Portuguesa está a tornar-se cada vez mais popular e necessário como em qualquer outro assunto. O uso de tais mecanismos de maneira bem orientada, proporcionará uma contribuição significativa ao processo de ensino e aprendizagem. Porém, em relação a aplicação dos recursos tecnológicos em sala de aula, é necessário que os professores estejam cientes do potencial que as novas tecnologias possuem.

Nessa visão, para garantir o uso das tecnologias educacionais no processo de ensino e aprendizagem, a BNCC nos mostra diferentes apontamentos sobre o uso delas. Na parte de linguagem e suas tecnologias, nos é orientado que o ensino seja de forma diversificada e que possibilite aos alunos aprenderem as diferentes linguagens, partindo sempre do contexto local de cada discente. Para tanto, o documento nos apresenta as tecnologias como ferramentas metodológicas que podem auxiliar os alunos no processo de aquisição das diferentes linguagens que existem.

Para melhor compreendermos como podemos elaborar e planejar as aulas de Língua Portuguesa de forma dinâmica, contextualizada e com uso das TICs, discutiremos nos próximos tópicos sobre as abordagens teóricas da BNCC que discutem sobre os das tecnologias digitais de informação e comunicação, bem como sobre outros teóricos que discorrem sobre o ensino de Língua Portuguesa e o uso das tecnologias nas práticas de ensino e aprendizagem. Desse modo, nosso estudo está dividido em dois subtópicos: Os marcos legais da BNCC e o cenário político ideológico; e O ensino de Língua Portuguesa nos anos finais do ensino fundamental e as tecnologias de informação e comunicação. A partir dessas discussões pretende-se alcançar os objetivos apresentados na introdução e fazer uma análise crítica e construtiva das abordagens presentes nos documentos em estudo.

2.1 Os marcos legais da BNCC e o cenário político ideológico

A Base Nacional Comum Curricular é uma política educacional que traduz e explica as competências e as habilidades específicas e necessárias para cada área

do conhecimento da Educação Básica. Ela foi escrita por uma equipe de 116 especialistas indicados por departamentos de educação locais, estaduais e universitários. Destarte, os colaboradores examinaram documentos curriculares e diretrizes de políticas educativas com o objetivo de reunir os princípios que deveriam orientar o desenvolvimento dos currículos nacionais para o ensino básico em um único documento. Obrigatória por lei, encontra-se fundamentada tanto no Plano Nacional de Educação¹, quanto na Lei de Diretrizes e Bases para da Educação Básica². Nesse contexto, é necessário ter uma compreensão básica, primeiramente, do desenvolvimento histórico para podermos compreender o porquê da sua construção.

Assim, para ter um ensino de qualidade é primordial a cogitação da condição política e econômica de um país, uma vez que não há a possibilidade de garantir a qualidade do ensino em um país que não investe em educação e que não possui políticas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino. Sendo assim, acredita-se que a política e a economia de um país podem interferir positivamente ou negativamente na qualidade do ensino.

Sendo assim, para que seja possível uma educação de qualidade, é necessário um conjunto coerente de processos que devem ser planejados e efetivados para poder garantir uma boa qualidade no sistema de ensino, potencializando a pluralidade de abordagens na educação. Apesar disso, não se pode aceitar o oposto, ou seja, que a economia deva motivar o que se passa na educação. Como diz Almeida (2006):

A educação não tem como finalidade servir à economia, e sim ser a indicadora dos caminhos da economia. Não deve ficar de costas para ela, mas não precisa ser sua escrava, nem ter pragmatismo tal que seus índices de eficácia sejam medidos pelas taxas de crescimento econômico (Almeida, 2006, p.15).

¹ Plano Nacional de Educação: É o Plano Nacional de Educação, decenal, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, e que estará em vigor até 2024. É um plano diferente dos planos anteriores; uma das diferenças é que esse PNE é decenal por força constitucional, o que significa que ultrapassa governos. Tem vinculação de recursos para o seu financiamento, com prevalência sobre os Planos Plurianuais (PPAs). O amplo processo de debate, que começou na CONAE 2010 e culminou com sua aprovação pelo Congresso Nacional, reforça o caráter especial e democrático desse PNE.

² Lei de Diretrizes e Bases para da Educação Básica: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

O tema da qualidade da educação está sendo discutido em muitos campos e em outros países. Esse debate não revela apenas que a educação está sofrendo uma profunda transformação, mas demonstra que no processo os seus objetivos tradicionais não estão sendo alcançados. Dessa forma, através do ciclo político podemos ver não só a fase de concepção da geração de políticas, a concretização das propostas em textos legais e a resposta das políticas na prática, mas também os efeitos, os resultados e as estratégias das políticas. Esses contextos estão inter-relacionados, embora cada um tenha a sua especificidade.

As políticas públicas têm um impacto significativo na elaboração da BNCC, pois reduz as desigualdades sociais existentes e pode ser usada como uma ferramenta de contribuição para uma equidade social no que diz respeito à educação. A política preocupa-se com questões relacionadas ao interesse público, a vida comunitária, as regras de vida, as leis e os padrões de comportamento nesse espaço e, acima de tudo, com as ações de tomada de decisão que afetam todas essas questões. Em suma, a partir das políticas públicas voltadas para a educação em que foi debatida e criada a Base Comum veio a contribuir para uma educação voltada para a formação integral de forma igualitária em toda a sociedade.

A pressão das organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (dívida externa) e a Organização das Nações Unidas (ONU) é lendária na nossa nação. Por exemplo, na década de 1980, tornou-se evidente que essas organizações têm mais influência do que outras, principalmente, com as nações signatárias, como é o caso do Brasil que concordou com as demandas e conteúdos estabelecidos por estes líderes financeiros globais. Sendo assim, é considerado um marco significativo na política educacional, uma vez que seu objetivo era reavivar o compromisso global de educar todas as sociedades do mundo de uma forma única, assim, é histórico para o nosso país a pressão dessas organizações internacionais.

Assim, desde a década de 80, observa-se que algumas organizações exercem mais domínio que outras, como por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (dívida externa) e a Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), em específico, para os países signatários, como é o caso do Brasil que concordou com demandas e conteúdos designados por essas lideranças mundiais (financeiras). Tais orientações foram conciliadas a partir de 1990, com a Conferência Mundial de Educação para Todos (EPT), realizada em Jontiem, na Tailândia, sendo reiterada

em Dakar, no ano 2000. A EPT é considerada um grande marco das políticas educacionais, pois teve como objetivo a revitalização do compromisso mundial de educar todos os cidadãos do planeta.

Mesmo já estando prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a criação de uma base comum para a Educação Básica foi apresentada na Conferência Nacional de Educação (CONAE) que aconteceu no dia 28 de março e 01 de abril de 2010, um documento que relatava sobre a necessidade da criação de uma Base Nacional Comum Curricular, a qual seria parte de um plano Nacional de Educação. As discussões sobre a criação de um documento único BNCC já estavam em pauta na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, essa lei foi instituída pelo MEC para regulamentar o Plano Nacional de Educação (PNE) no qual tinha validade de 10 anos. É importante salientar que de vinte metas que estavam expostas no plano, quatro delas tratavam sobre a BNCC.

Dessa forma, para a criação da BNCC foram realizadas algumas conferências, seminários e fóruns entre os anos de 2014, 2015 e 2016 com a presença de diferentes pessoas do setor da educação, participação da sociedade civil, de agentes públicos, entidades de classe, estudantes, profissionais da educação e pais/mães.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) realizou audiências públicas no ano de 2017 para debater sobre a BNCC voltada para as etapas da educação infantil e fundamental, além disso, o CNE recolheu contribuições públicas que foram enviadas por diferentes indivíduos da sociedade civil de todo o país, incluindo sugestões para melhorar o conteúdo da Base. Essas alterações foram incorporadas ao texto final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que foi homologado pelo Ministério da Educação em dezembro de 2017. O processo de discussão e participação pública foi fundamental para garantir a representatividade e legitimidade do documento, buscando atender às demandas e as necessidades da sociedade brasileira.

Para apoiar o processo de desenvolvimento e de criação e implementação de um currículo único, o MEC criou o programa “Pró-BNCC” com o objetivo de apoiar as redes de ensino na reelaboração dos seus currículos através da implementação da Base. Isso ocorreu por meio de uma equipe de profissionais que foram nomeados pelo Ministério da Educação para discutirem e redigirem a Base Nacional Comum

Curricular; juntamente com a colaboração da sociedade civil através de consultas públicas. Para tanto, fizeram uso de questionários eletrônicos em que todos que fazem parte da sociedade tiveram o acesso e a oportunidade de darem suas contribuições na elaboração.

Nessa conjuntura, destacamos que a qualidade da educação pode ser afetada pela falta de diretrizes claras sobre o que todos os alunos devem aprender para enfrentar com sucesso os desafios do mundo moderno, além disso, faz-se necessário dar uma maior atenção a parte diversificada do currículo, atentando para o fato de que ela deve estar em consonância com a realidade dos discentes e não com os modelos prontos que, muitas vezes, atendem a um público específico.

Por isso, a adoção de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que aborda diretamente essa questão é uma saída viável para que essa realidade possa ser modificada. Como resultado da declaração das competências que cada aluno deve adquirir, bem como das competências que são cruciais para o seu desenvolvimento, as redes educativas e os sistemas de ensino serão capazes de adaptar os seus currículos usando a Base como modelo.

Diante da criação desse documento, as escolas e os docentes passarão a ter perceptibilidade sobre o que os seus educandos devem aprender em cada ano da Educação Básica e o que precisam para serem capazes de fazer com esse aprendizado seja bem aproveitado. Desse modo, partindo das normativas que estão descritas na BNCC, os professores poderão planejar suas aulas de forma precisa considerando as características próprias de seus discentes. Dessa forma, as políticas educacionais poderão contribuir para promover um ensino de qualidade garantindo, assim, a igualdade e a equidade para todos.

Outro ponto importante a ser ressaltado é que a base não é a resposta para tudo, mas a partir dela é possível identificar e colocar em prática diversas soluções para um bom aprendizado, como: trabalhar a gramática partindo do contexto de um texto, levar o aluno a ter uma boa oralidade etc., isso deve ser realizado para conseguirmos obter uma melhoria do sistema educacional como um todo. A Base Nacional Comum Curricular especifica um nível de qualidade para a educação, deixando claro o que cada aluno deve aprender em cada etapa da Educação Básica, seja anualmente ou ao longo de um bloco de anos, assim, contribuirá para manter a equidade, com o objetivo de preparar os alunos com conhecimentos e competências necessárias para o seu desenvolvimento na sociedade do século XXI.

Assim, a Base Curricular Nacional Comum poderá ser capaz de: Promover a qualidade de ensino para todos e garantir que cada aluno saia da escola preparado para realizar os seus objetivos de vida (na faculdade, no trabalho etc.); e criar cidadãos que contribuam ativamente para o avanço da sociedade.

Nesse percurso de implementação oficial para chegar à versão final e homologação no ano de 2017, a BNCC passou por três versões. A seguir, destacamos a resolução do Conselho Nacional de Educação que determina a criação da Base. Vejamos:

Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica (Brasil, 2017, p.04).

Essa resolução tem por determinação alterar a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB nº 9.394), ainda tem por objetivo criar um currículo comum e nacional em todo o território brasileiro. Por isso, a Base Nacional Comum Curricular é um documento que normatiza e determina aquilo que os alunos devem aprender ao longo de sua trajetória educacional na Educação Básica, estabelecendo tanto os saberes quanto a capacidade de aplicar os conhecimentos. Observemos a seguir:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento (Brasil, 2018, p.07).

A BNCC é um documento que foi criado e homologado pelo Ministério da Educação no ano de 2018. Como já destacamos, a BNCC foi edificada para servir como guia na formulação dos currículos de todos os sistemas educacionais das diferentes redes de ensino do Brasil. Dessa forma, a BNCC traz indicações das competências e habilidades que todos os estudantes ao término da Educação Básica precisam desenvolver.

As competências e as habilidades que são apresentadas na BNCC são diretrizes que têm como objetivo básico a ampliação de forma única e plena de todos os alunos, regulamentando o currículo com recomendações de aprendizagens básicas e essenciais no campo educativo. Dessa forma, é um documento muito importante para a Educação Básica do Brasil, pois traz muitos desafios para as

escolas, além disso, provoca grandes transformações na Educação em âmbito nacional.

A versão final do documento encontra-se estruturado em: textos introdutórios, competências gerais, competências específicas, direitos de aprendizagem ou habilidades. Será através da consolidação das 10 competências que poderão ser articuladoras na construção de informações; no desenvolvimento de habilidades; na construção de atitudes e valores básicos dos educandos do Ensino Básico.

No capítulo introdutório, a BNCC traz afirmações que ajudam a construir um consenso sobre os tipos de pessoas que queremos ser em uma era de intensa polarização e de muitas preocupações sobre como o modelo educacional tradicional falha em preparar os alunos para os desafios da vida contemporânea. O documento serve também como norte para orientar instituições educacionais sobre como preparar as próximas gerações para construir o Brasil que sonhamos.

O sistema de Educação Básica brasileiro deve apoiar a formação dos alunos e o desenvolvimento humano global, para que eles sejam capazes de criar uma sociedade mais justa, ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária. Isso significa orientar-se para uma ideia de uma formação integral do sujeito, seja em uma escola pública regular ou em uma educação integral.

Nesse caso, Educação Integral indica promoção do desenvolvimento de crianças e jovens em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural. Esse direcionamento implica que, além dos aspectos acadêmicos, precisamos expandir a capacidade dos alunos de lidar com seu corpo e bem-estar, suas emoções e relações, sua atuação profissional e cidadã e sua identidade e repertório cultural (Penido, 2013, p.24).

Segundo a formação integral, o foco das escolas passará a ser não apenas a transmissão de conhecimento para a promoção do desenvolvimento de competências, que são entendidas como soma de conhecimentos (informação), habilidades (a capacidade de usar o conhecimento na vida diária), atitudes (a força interna necessária para usar conhecimentos e habilidades) e valores (a aptidão para usar conhecimentos e habilidades com base em valores universais, como direitos humanos, ética e justiça social).

Um ponto que merece destaque é o fato de que as diretrizes do capítulo introdutório da BNCC foram desenvolvidas utilizando referências nacionais e internacionais, incluindo normas jurídicas fundamentais, como: a Constituição

Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014. Esses documentos já previam anteriormente que o sistema de Educação Básica do Brasil deveria apoiar o desenvolvimento holístico dos alunos e prepará-los para a vida, o local de trabalho e a cidadania. Nesse sentido, diante da criação de um documento único que nos apresenta nortes a serem seguidos em todo o território nacional, uma das tarefas dos educadores é procurar conhecer os princípios básicos do documento e aplicarem de forma eficiente no contexto pedagógico.

Entre suas determinações, a Base Comum Curricular apresenta algumas possibilidades do uso de tecnologias pelas escolas como ferramenta que possa contribuir com o ensino. Por isso, um dos propósitos da BNCC como documento único e nacional é formar cidadãos com conhecimentos e habilidades consideradas eficazes para o século XXI. Para que esse propósito seja cumprido e efetivado, a BNCC vem incentivar uma prática moderna de ensino fazendo uso de recursos tecnológicos como ferramentas pedagógicas. Diante desse objetivo, o uso das tecnologias percorre toda a Base Comum Curricular. Vemos isso logo nas competências gerais, mais precisamente as de números 4 e 5, que são as que nos apresentam mais detalhes de como aplicar as tecnologias na prática. Vejamos:

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.” “5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (Brasil, 2018, p. 09).

Podemos ver que na competência 4, a Base estabelece a utilização de diversas linguagens, expressão, partilha de subsídios, entre elas o uso digital da linguagem. Ou seja, procura diversificar as diferentes linguagens a serem utilizadas em sala de aula, fazendo uso das tecnologias digitais. Na competência 5, a BNCC orienta que sejam utilizadas as tecnologias digitais para a criação de protagonismo e de comunicação crítica e reflexiva. Essa competência ainda reconhece o papel fundamental da tecnologia e exige que os alunos administrem o mundo digital para que possam utilizar a variedade de ferramentas disponíveis de forma adequada e

ética, além de compreender o pensamento computacional e o impacto da tecnologia na vida humana e na sociedade.

Além das competências gerais, o documento também traz nortes específicos de como deve ser a BNCC no exercício com a inclusão da aplicação das tecnologias em cada etapa da Educação Básica. Vejamos a sua aplicação no ensino fundamental: “No Ensino Fundamental, orienta-se o uso da tecnologia de forma crítica, consciente e responsável em todas as áreas. Mas a proposta de aplicação mais direta dos meios digitais no ensino dos alunos é dividida entre as áreas do conhecimento e disciplinas” (Basil, 2018, p. 471).

Os avanços do mundo digital trazem inúmeras possibilidades que podem ser inseridas no contexto escolar de forma que auxiliem no processo de ensino e aprendizagem ao mesmo tempo em que deixa perplexas as instituições sobre o que manter, o que alterar ou o que adotar. Desse modo, para essa discussão não iremos encontrar respostas simples, mas podemos ver que é possível ensinar e aprender de muitas formas fazendo uso das tecnologias, pois não são os recursos digitais que vão definir a aprendizagem e sim a forma que essas tecnologias são utilizadas, nesse ponto de vista, não há dúvida de que o mundo digital afeta todos os setores. Diante do que foi exposto, as escolas precisam reaprenderem a ser uma organização efetivamente significativa e inovadora.

Diante disso, é essencial contemplar o binômio autonomia, protagonismo de alunos e professores. Surge, portanto, a demanda por novas competências que não podem ser encaradas como responsabilidades a mais nas tarefas atribuídas aos docentes, e sim, como aspectos da necessária atualização das práticas pedagógicas no contexto de um mundo acelerado e conectado. Aos planejamentos podem ser integrados diversos recursos digitais de comunicação e informação, como aplicativos, jogos, sites e vídeos usados com diferentes objetivos, como: promover a sensibilização para o estudo de um tema; apresentar nortes para a exploração de conhecimentos prévios, avaliação, debate ou reflexão; ilustrar determinada situação relacionada a algum conceito, entre outros.

Aprofundando-se na BNCC do Ensino Fundamental II vimos que está organizada em cinco áreas do conhecimento. Sobre essas áreas o parecer do Conselho Nacional de Educação nº 11/2010 enfatiza: “[...] favorecem a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares” (Brasil, 2010, p. 45). Elas se intersectam no desenvolvimento dos alunos, ainda que se

conservem as especificidades e os conhecimentos favoráveis arquitetados e sistematizados nas diversas disciplinas.

Cada área de conhecimento menciona sua função no desenvolvimento absoluto dos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental e destaca peculiaridades para os Anos Iniciais, considerando tanto as especificidades quanto às demandas pedagógicas dessas fases da escolarização.

As distintas áreas do conhecimento apresentam competências exclusivas para serem exploradas ao longo dos nove anos de Ensino Fundamental. Com a homologação da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), desde os Anos Iniciais, os componentes curriculares se formam em volta dos amplos campos do conhecimento, a saber: “Linguagens (Arte, Educação Física, Língua Portuguesa e Língua Inglesa); Matemática; Ciências da Natureza; e Ciências Humanas (História e Geografia)” (Brasil, 2018, p. 57). Essa junção em torno de competências da área exclusiva de cada matéria permite que a escola amplie um trabalho interdisciplinar e mais interligado.

A escola é um ambiente onde diversas pessoas se encontram, além disso, é um lugar no qual é possível não apenas observar as diferenças individuais, mas também, entender como os membros desse espaço resolvem essas diferenças. Por exemplo, no início do ano letivo, alunos, professores e outros funcionários da escola observam e compreendem uns aos outros e determinam as relações que irão formar, desde o início do ano.

Sendo assim, esse relacionamento pode ou não funcionar o ano todo. Assim, esse reconhecimento favorece a construção de um ambiente de convivência harmônico e respeitoso, pois é importante que os indivíduos entendam as individualidades de cada um e reconheçam os costumes e as características - como a cultura e a diversidade – e entendam que isso não é apenas um aspecto definidor do sujeito. Vejamos:

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em direitos e dignidade. Essa proclamação está expressa no artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU, em 1948. A partir dela e tendo-a por base, foram feitas declarações de direitos de caráter universal ou regional, considerando os direitos dos seres humanos em geral ou situações específicas de pessoas ou grupos humanos necessitados de especial atenção (Mantoan, 2011, p.7).

Assim, a equidade trata de concretizar os direitos de cada pessoa independentemente de suas características, e de humanizar a educação. Isso acontece seja pela maneira como os colegas falam, andam, agem ou até mesmo se vestem, por isso, os jogos praticados em sala de aula revelam a necessidade de discutir a diversidade na escola, pois é preciso reconhecer que há diferenças entre as pessoas e é necessário que saibamos viver e conviver com a diversidade existente nesse e em outros ambientes. Diante desse cenário da diversidade, a BNCC faz diferentes levantamentos em seu texto sobre essa questão, a começar pela primeira competência:

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (Brasil, 2018, p.09).

A diversidade de conhecimentos e experiências culturais é necessária no processo de ensino e aprendizagem para construir o valor do respeito pelas diferenças e criar ainda mais um sentimento positivo de pertencimento, além de uma sociedade mais igualitária e justa. Um aluno proativo não é só capaz de compreender e reconhecer a importância do conhecimento aprendido, mas é principalmente capaz de refletir sobre como ocorre a construção do conhecimento, ganhando autonomia para estudar e aprender em diversos ambientes, inclusive fora da escola. Desse modo, espera-se que os alunos façam conexões, atribuam significados e organizem o conhecimento que adquirem. Para tanto, eles devem construir e integrar estratégias para reter as informações que obtêm e serem capazes de usar esse conhecimento para resolver uma variedade de problemas.

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (Brasil, 2018 p. 09).

Assim, os discentes - independentemente do seu nível de escolaridade - são incentivados a compreenderem a si próprios e o seu lugar no cotidiano, tendo em conta que esse se baseia no respeito pelos outros e pelas diferenças que existem em cada pessoa. A competência abre caminho para essa reflexão, assim, a BNCC deve explorar esses temas para que o professor ao usá-la como base leve para sala

de aula estratégias de ensino e discussões que possibilitem aos discentes a capacidade de se relacionar de forma respeitosa com as diferenças e a diversidade existente nos ciclos de convivência, além disso, é importante motivar a reflexão crítica sobre tais diferenças como parte de sua formação acadêmica, cultural e humanitária.

Fruto de muito debate e de diversas outras regulamentações que levaram à sua criação, a BNCC estabeleceu um abandono lógico da distribuição de conteúdo pronto. Na realidade, desde a sua implementação, ainda há muitos desafios a serem vencidos; a começar pela adaptação dos currículos nacionais e locais, além da ignorância das suas particularidades; até a ruptura dos discursos hegemônicos e a introdução de métodos para combater a deficiência racial, de gênero, de orientação sexual e de exclusão. A Base Comum procura garantir de forma diversificada o direito à aprendizagem básica a todos os brasileiros, de forma a atender as especificidades de cada região. Assim, o documento busca definir os direitos essenciais de aprendizagens prezando por uma equidade que seja capaz de reconhecer o direito de cada cidadão; sempre considerando a diversidade que existe em nosso país, tendo em vista a diminuição da desigualdade que há no Brasil.

Diante de tal discussão, vemos o quanto a BNCC pode colaborar com a melhoria da qualidade do ensino e, também, como ela aponta o uso das tecnologias como uma ferramenta facilitadora da construção do conhecimento. Sendo assim, depois de termos falado e discutido sobre os marcos legais da BNCC e o cenário político ideológicos, no próximo tópico abordaremos o Ensino de Língua Portuguesa nos anos finais do ensino fundamental e as tecnologias de informação e comunicação.

2.2 O Ensino de Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental e as Tecnologias de Informação e comunicação.

O ensino da Língua Portuguesa está se tornando cada vez mais controverso por causa dos resultados de todas as novas perspectivas educacionais, especialmente, no que diz respeito aos métodos dos professores que, muitas vezes, prejudicam a aprendizagem dos alunos. Diante disso, o ensino da linguagem deve superar o ensino mecânico de normas e conceitos, para isso é preciso que o educador seja capaz de garantir aos alunos um ensino que preze pela importância

do conhecimento de falar e escrever de forma letrada. No entanto, é fundamental que sejam respeitadas as individualidades de cada discente; fazendo com que eles sejam capazes de perceber que além da norma culta há variadas linguagens e que devem saber usá-las nos momentos e locais adequados.

A linguagem desempenha um papel importante na aprendizagem em qualquer área do conhecimento, assim, podemos considerar isso um fator decisivo quando se trata do ensino de Língua Portuguesa. Através da linguagem, construímos relacionamentos e, na sala de aula, esses relacionamentos determinam se a aprendizagem ocorre. Segundo Santos (2009) pode-se dizer que a linguagem vai muito além de normas técnicas.

A linguagem é a casa do ser. O homem, habitando-a, existe. Ela se constitui a passagem obrigatória de todos os trajetos do pensamento, revelando em palavras a existência do ser homem, de sua essência. O homem é o pastor do ser, seu guardião. Nesse caso, guarda o sentido do ser, ou seja, cuida de ser através da linguagem (Santos, 2009, p.60).

A linguagem é uma ferramenta de comunicação, é uma atividade em constante movimento e conectada as histórias das pessoas que a empregam. A linguagem é a expressão que as pessoas utilizam para se comunicarem umas com as outras, dessa forma, um dos objetivos da escola é melhorar, significativamente, o ensino da língua portuguesa para que aqueles que estão sendo educados estejam em condições de utilizar a língua de forma correta.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) de Língua Portuguesa: “A escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos” (Brasil, 1997, p.15). Nessa visão, o entendimento e a capacidade discursiva do aluno necessitam ser os objetivos principais das aulas de Língua Portuguesa e, para que haja esse entendimento, é imprescindível trabalhar com textos variados, pois através deles o aluno descobre os diversos usos da língua, tanto de forma escrita, como falada. O ensino de Língua Portuguesa deve dar destaque a importância do uso da linguagem para o intercâmbio social. Vejamos:

No mundo em que vivemos, a linguagem perpassa cada uma de nossas atividades, individuais e coletivas. Verbais, não verbais ou transversais as linguagens se cruzam, se completam e se modificam incessantemente, acompanhando o movimento de transformação do ser humano e suas formas de organização social (Cereja; Magalhães, 2013, p. 02).

É através da linguagem ou das linguagens que nós como seres humanos sociáveis temos ou adquirimos, no decorrer da nossa caminhada, a forma de nos expressarmos e de colocar nossas ideias e emoções em prática. Assim, o ensino de Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental tem como objetivo principal aprofundar e consolidar os conhecimentos da língua portuguesa adquiridos até então, buscando a ampliação das capacidades de leitura, escrita, oralidade e análise linguística.

Nessa etapa, os alunos são estimulados a ampliar sua capacidade de leitura, por meio da exploração de diferentes gêneros textuais, como: contos, crônicas, poemas, reportagens, entre outros. Além disso, os discentes são incentivados a refletirem sobre o contexto de produção e recepção dos textos, identificando elementos, como: o propósito do autor, o público-alvo e as características do gênero. Diante disso nos respaldando na BNCC podemos fazer uma observação de como trabalhar esses textos fazendo uso das tecnologias digitais. Os professores devem considerar gêneros relacionados com informação, e opinião e apreciação, trabalhando com textos multissemióticos e hipermídias específicas da cultura digital e da cultura do aluno. Segundo Marcuschi (2005), os gêneros textuais:

Devem ser vistos na relação com as práticas sociais, os aspectos cognitivos, os interesses, as relações de poder, as tecnologias, as atividades e no interior da cultura. Eles mudam, fundem-se, misturam-se para manter sua identidade funcional organizacional. [...] os gêneros não são superestruturas canônicas e deterministas, mas também não são amorfos e simplesmente determinados por pressões externas. São formações interativas, multimodalizadas e flexíveis de organização social e de produção de sentido. Assim, um aspecto importante na análise do gênero é o fato de ele não ser estático nem puro. Quando ensinamos a operar com um gênero, ensinamos um modo de atuação sociodiscursiva numa cultura e não um simples modo de produção textual (Marcuschi, 2005, p. 19).

Os gêneros textuais não se limitam apenas a textos escritos, mas englobam também outros modos de comunicação, como as imagens, os gestos e os sons. Também é importante destacar que cada gênero possui características específicas, como a estrutura, o estilo, o vocabulário e a finalidade comunicativa. Desse modo, é importante ressaltar que os gêneros textuais são construções sociais e históricas, ou seja, estão em constante transformação de acordo com as necessidades e práticas da comunidade em que estão inseridos. Dessa forma, o estudo dos gêneros textuais

é importante para compreendermos como a linguagem é utilizada nas diferentes esferas da sociedade, bem como, para nos capacitarmos a utilizar os diversos gêneros de forma adequada e eficiente. Nessa perspectiva Oliveira (2010) comenta:

Os gêneros do discurso passam a ser considerados um dos objetos de ensino, articuladores de conteúdos, habilidades e procedimentos inerentes à compreensão e produção de textos orais e escritos que precisam ser aprendidos ou desenvolvidos. A partir do trabalho com os diferentes gêneros, as várias práticas de linguagem podem ser articuladas. Dessa forma, certas propriedades dos gêneros, relacionadas a suas condições gerais de produção, passam a fazer parte dos conteúdos que integram a análise linguística (Oliveira, 2010, p.163).

Perante isso, há a provocação de intensas relações e afrontes com o mundo presente, por meio das distintas linguagens em circulação. Por isso, o ensino da disciplina de Língua Portuguesa precisa estar voltado para o desenvolvimento de um cidadão independente e capaz de interagir com a realidade na qual vive. Além disso, a linguagem está presente em todos os atos dos seres humanos e em todos os campos da sociedade. Diante disso, podemos notar a importância de trabalharmos a disciplina de Língua Portuguesa de forma contextualizada; fazendo uso dos textos para trabalhar todos os conteúdos pertinentes da disciplina, isso fará com que o aluno perceba que a língua está presente em todos os contextos.

Além disso, as tecnologias podem permitir uma maior personalização do ensino, uma vez que cada aluno pode utilizar ferramentas digitais adequadas ao seu ritmo e estilo de aprendizagem. Isso poderá facilitar o desenvolvimento de habilidades como a autonomia, a criatividade e a colaboração, tão valorizadas atualmente. Os professores também devem utilizar as tecnologias para diversificar as atividades em sala de aula, dessa forma, as aulas serão mais dinâmicas e atrativas. Por exemplo, jogos digitais, *podcasts* e aplicativos educacionais são recursos que podem ser utilizados para trabalhar a compreensão e a produção de textos, a gramática, o vocabulário, entre outros aspectos da língua. Seguindo essa linha de pensamentos, Moran, *et al.* (2013) enfatiza:

Os docentes podem utilizar os recursos digitais na educação, principalmente a internet, como apoio para a pesquisa, para a realização de atividades discentes, para a comunicação com os alunos e dos alunos entre si, para integração entre grupos dentro e fora da turma, para a publicação de páginas web, blogs, vídeos, para a participação em redes sociais e entre muitas outras possibilidades (Moran *et al.*, 2013, p.36).

Diante da fala dos autores, é importante ressaltar que o uso das mídias digitais na educação requer habilidades específicas por parte dos professores. Assim, os docentes precisam conhecer as ferramentas digitais disponíveis, saber como utilizá-las de forma pedagógica e adequada, além de estarem atualizados em relação às novas tecnologias. Além disso, é necessário que eles saibam como avaliar a qualidade dos recursos digitais e como adaptá-los de acordo com as necessidades e características dos alunos. Vejamos:

As práticas de linguagem contemporâneas não só envolvem novos gêneros e textos cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos, como também novas formas de produzir, de configurar, de disponibilizar, de replicar e de interagir. As novas ferramentas de edição de textos, áudios, fotos, vídeos tornam acessíveis a qualquer um a produção e disponibilização de textos multissemióticos nas redes sociais e outros ambientes da Web. Não só é possível acessar conteúdos variados em diferentes mídias, como também produzir e publicar fotos, vídeos diversos, podcasts, infográficos, enciclopédias colaborativas, revistas e livros digitais etc. Depois de ler um livro de literatura ou assistir a um filme, pode-se postar comentários em redes sociais específicas, seguir diretores, autores, escritores, acompanhar de perto seu trabalho; podemos produzir playlists, vlogs, vídeos-minuto, escrever fanfics, produzir e-zines, nos tornar um booktuber, dentre outras muitas possibilidades. Em tese, a Web é democrática: todos podem acessá-la e alimentá-la continuamente. Mas se esse espaço é livre e bastante familiar para crianças, adolescentes e jovens de hoje, por que a escola teria que, de alguma forma, considerá-lo? (Brasil, 2018, p.03).

A prática da linguagem moderna está cada vez mais incluída na pesquisa. A popularização das mídias digitais deu origem a novas formas de criação, reprodução, interação e composição de conteúdo. Por isso, a BNCC incentiva os alunos a desenvolverem uma consciência crítica sobre o que veem na Internet. Portanto, a educação digital é importante não só para incentivar aulas mais envolventes, mas também para democratizar o acesso à informação. Afinal, é mais fácil pesquisar qualquer tema na Internet do que em uma biblioteca física com limitação de quantidade de exemplares de livros.

A BNCC entende que diferentes formas e gêneros textuais fazem parte da vida das pessoas e devem ser explorados em sala de aula. Desse modo, vale a pena levar não apenas quadrinhos e receitas, mas também criações digitais, como e-mails, blogs, *podcasts*, *vlogs* e outras formas digitais que permeiam a cultura jovem moderna. Ainda é importante destacar que o uso das tecnologias no ensino da Língua Portuguesa não exclui a necessidade do ensino tradicional, como a leitura de livros em papel, a escrita à mão e a interação presencial entre docentes e

discentes, uma vez que ambas as abordagens podem e devem coexistir, complementando-se mutuamente.

As tecnologias digitais implicam no desenvolvimento dos conhecimentos, podendo assim ampliar-se de uma forma mais dinâmica e interativa. Cada uma das tecnologias seja o vídeo/DVD, a internet, o computador, entre outras, carrega suas próprias especificidades que podem ser utilizadas de forma complementar entre si ou podem ser integradas com outros recursos tecnológicos. Desse modo, a tecnologia não deve ser, portanto, somente um complemento do procedimento educacional.

As tecnologias de comunicação e informação são ferramentas pedagógicas que têm se mostrado extremamente úteis na educação. Elas permitem que professores e alunos tenham acesso a uma infinidade de recursos e possibilidades para enriquecer o processo de ensino e aprendizagem. Observemos a citação a seguir:

Por isso, podemos dizer que cada dia o uso de computadores está crescendo nas escolas e rompendo barreiras no ensino, facilitando e preparando para um desempenho escolar aceitável para todos que fazem parte da instituição escolar, pois a chegada dessas mídias traz um crescimento significativo tanto dentro como fora das instituições que possa levar diferentes formas de como trabalhar seus conteúdos escolares (Almeida, 2003, p. 79).

Nessa perspectiva, compreender que as tecnologias e suas potencialidades são essenciais para a contribuição do processo de ensino/aprendizagem, poderá trazer avanços significativos ao espaço escolar, relacionando com o processo de conscientização e de transformação que vai além do domínio de tecnologias, porque traz subjacente uma visão de mundo, de homem, de ciência e de educação, além de fazer com que o aluno consiga lidar com as características e com as demandas da sociedade atual. Sendo assim, uma perspectiva educacional que enfatiza, por exemplo, a importância da autonomia para buscar constantemente novas maneiras de aprendizagem. Nesse sentido, Almeida e Prado (2005) comentam o seguinte:

O uso da tecnologia na escola, quando pautada em princípios que privilegiam a construção do conhecimento, o aprendizado significativo e interdisciplinar e humanista, requer dos profissionais novas competências e atitudes para desenvolver uma pedagogia voltada para a criação de estratégias e situações de aprendizagem que possam tornar-se significativa para o aprendiz, sem perder de vista o foco da intencionalidade educacional (Almeida; Prado, 2005, p. 20 *apud* Alberto, 2005, p.49).

O papel da tecnologia digital no processo de aprendizagem é o de ampliar o acesso ao conhecimento e o de fornecer recursos interativos e personalizados que transformem a aprendizagem em um processo ativo por meio do qual os alunos continuem aprendendo e adquirindo conhecimento. A tecnologia educacional, quando bem utilizada, é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Isso permite que os alunos acessem conteúdos relevantes, mergulhem em novos mundos de conhecimento e se conectem com seus educadores. Sendo assim, o professor tem que buscar desenvolver habilidades técnicas relacionadas ao uso das tecnologias e, sobretudo, esforçar-se para assumir uma atitude de reflexão frequente sob suas práticas docentes. Segundo Almeida (2000):

[...] mesmo o professor preparado para utilizar o computador para a construção do conhecimento é obrigado a questionar constantemente, pois com frequência se vê diante de um equipamento cujos recursos não conseguem dominar em sua totalidade. Além disso, precisa compreender e investigar os temas ou questões que surgem no contexto e que se transformam em desafios para sua prática uma vez que nem sempre são de seu domínio, tanto no que diz respeito ao conteúdo quanto à estrutura (Almeida, 2000, p.109).

Nesse contexto, acredita-se que o docente não será capaz de ajudar o aluno a superar a “ignorância”, enquanto não superar a sua própria. Isso mostra que o educador deve estar sempre em busca do conhecimento e do saber, desse modo, o professor precisa estar em constante transformação. Isso não significa que o docente deve saber tudo o que acontece no mundo, mas encontrar-se sempre aberto para os acontecimentos.

Vale ressaltar que a TDICS não deve ser utilizada como substituta do professor, uma vez que elas são apenas ferramentas que podem auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. O papel do professor ainda é fundamental, pois é ele quem seleciona e orienta o uso dos recursos tecnológicos, elabora atividades, avalia os resultados e acompanha o desenvolvimento dos alunos.

Sabe-se que o professor não será substituído pela tecnologia, mas ambos juntos podem adentrar na sala de aula levando aprendizado e conhecimento para os alunos, pois basta que ele comece a pensar como introduzir no cotidiano escolar de forma decisiva para que após essa etapa passe a construir conteúdos didáticos renovados e dinâmicos, que estabeleça todo o potencial necessário que essa tecnologia oferece (Vieira, 2011, p. 134).

Considerando os argumentos acima, é muito importante analisar que os professores e a tecnologia digital podem ser de grande ajuda para a aprendizagem dos alunos, cabendo aos docentes formular o que é ordenado e necessário para a utilização das TDICS na sala de aula. Desse modo, os professores devem ser a porta de entrada para essa mudança, com o objetivo de aproveitar ao máximo o potencial que cada tecnologia oferece. Nessa perspectiva, compreender as potencialidades essenciais das tecnologias e as suas contribuições ao processo de ensino e aprendizagem poderá trazer avanços significativos à mudança da escola, a qual se relaciona com o processo de ensino e aprendizagem.

Com o advento das TDICS e das novas gerações de estudantes na era cibernética, há uma tendência de líderes, professores, funcionários, alunos e suas famílias difundirem o ambiente escolar em um ambiente democrático que incentive atividades educacionais além da sala de aula, assim, influenciando todos a observar o mundo além dos muros da escola e valorizar os pensamentos e os princípios de todos. Os professores tendem a serem espertos para encontrar maneiras diferentes de acomodar a curiosidade dos alunos sem forçá-los a pensar. Nesse sentido, Almeida e Prado (2005) comentam:

O uso da tecnologia na escola, quando pautada em princípios que privilegiam a construção do conhecimento, o aprendizado significativo (...) e humanista, requer dos profissionais novas competências e atitudes para desenvolver uma pedagogia voltada para a criação de estratégias e situações de aprendizagem que possam tornar-se significativa para o aprendiz, sem perder de vista o foco da intencionalidade educacional (Almeida; Prado, 2005, p. 30).

Para conseguir isso, a utilização das TDICS nas escolas requer novas formas de comunicação, ensino e aprendizagem que facilitem a aprendizagem das pessoas com dificuldades de aprendizagem. Dessa maneira, máquinas (computadores) e programas (*software*) devem ser vistos como recursos para ajudar os professores a conectar o conteúdo do currículo, além disso, entender que o seu propósito não é, simplesmente, habilidades de digitação ou habilidades de navegação.

O mundo globalizado no qual estamos inseridos leva-nos a pensar e refletir sobre o uso das tecnologias na vida social, principalmente na educação. E, aqueles que serão futuros professores e que receberão várias tecnologias no ambiente escolar, devem refletir bastante sobre as ferramentas e o seu uso adequado. Isso é

essencial para o desenvolvimento tanto dos professores quanto dos alunos, o que implica que não é uma tarefa fácil, mas muito importante para que haja maior interação com os discentes.

Aprender consistirá em saber interagir com as fontes de conhecimento existentes [...], com outros detentores/ processadores do conhecimento outros professores, outros alunos membros da sociedade (Machado, 1995, p.466 *apud* Silva, 2008, p.200).

As novas tecnologias digitais quando introduzidas no processo de ensino aprendizagem poderão promover nos alunos uma concessão interativa, além de uma maior captação e colaboração entre povos e culturas diferenciadas, também cabe a transmissão de valores sociais e a criação de modo de vida de cada um. Devemos reconhecer a filosofia de trabalho dos professores no que diz respeito ao uso do computador. Desse modo, pincel de quadro e apagador devem coexistir de forma complementar, pois a existência de uma opção não exclui as possibilidades de outra.

A diferença na forma de ensinar não se dá apenas através do recurso que estamos utilizando, mas na forma em que o recurso é utilizado, pois se para ensinar determinado conteúdo o professor apenas troca a lousa de giz por uma lousa digital, mas e o método continua o mesmo; o interesse do aluno continuará sendo igual ao de antes. Sendo assim, em sala de aula o professor deve se atentar para a promoção de um ensino que viabilize a construção do conhecimento a partir da realidade atual do seu público e com métodos que despertem o interesse. Vejamos:

A escola, como qualquer outra instituição social, reflete as condições gerais de vida da comunidade em que está inserida. No entanto, é evidente também que fatores internos à própria escola condicionam a qualidade e relevância dos resultados alcançados (Antunes, 2003, p. 20).

Desse modo, de acordo com a referida autora, é indispensável que a escola permaneça em conformidade com a comunidade para que o que se instrui seja relevante na vida do estudante e na transformação como ser social e modificável, além de ressaltar que a escola não pode ficar isolada da realidade da comunidade em que está inserida. Assim, Antunes (2003) argumenta que o conteúdo abordado em sala de aula deve ser relevante e aplicável à vida do estudante, de forma a capacitá-lo para a transformação e adaptação na sociedade.

A escola não deve apenas instruir os alunos com conhecimentos teóricos, mas também prepará-los para lidar com os desafios e as demandas da vida real. Isso envolve estar atento as necessidades e as particularidades da comunidade na qual a escola está inserida. Segundo Masson (2009):

A educação é tomada como um dos sustentáculos imprescindíveis para o delineamento de uma nova subjetividade humana que melhor se adapte à sociedade atual e que, ao mesmo tempo, contribua na consolidação das mudanças necessárias à reprodução e a acumulação ampliada do capital na sua fase atual (Masson, 2009, p.89).

Dessa forma, a escola deve se adequar e dialogar com a realidade dos estudantes para que o conteúdo que é ensinado tenha significado e possa ser aplicado em suas vidas. Isso implica em oferecer uma educação que vá além dos conteúdos curriculares tradicionais, abordando temas relevantes e promovendo habilidades como comunicar-se, resolver problemas e trabalhar em equipe. Masson (2009) salienta:

[...] uma organização dinâmica, aberta, flexível, tem contribuído para uma profusão de estudos centrados na cultura escolar. A perspectiva de que a escola é o centro da mudança educacional enfatiza o potencial instituinte dos sujeitos (professores, gestores, funcionários), minimizando-se a importância de condições objetivas para a mudança. A primazia dada à subjetividade, como elemento fundamental por meio do qual a realidade vai sendo construída, apela para o voluntarismo e ignora a importância de condições estruturais adequadas para a garantia da qualidade da educação. O enaltecimento do desenvolvimento profissional dos professores, a reflexão sobre a prática, corresponde a uma imagem idealizada baseada em escolhas individuais, em ideias inovadoras capazes de garantir mudanças. Amplia-se a responsabilidade dos sujeitos sem aumentar o poder de transformação das condições em que desenvolvem seu trabalho (Masson, 2009, p.21).

Conforme explicado acima, podemos presumir que a cultura desempenha um papel importante no processo de aprendizagem, uma vez que o ambiente escolar permite não apenas a socialização, mas também a discussão de diferentes conhecimentos. Através do conteúdo cultural, é possível explicar diferentes temas de diferentes disciplinas do currículo escolar. A educação é mediadora da cultura e as escolas são locais de intercâmbio cultural, divulgação e troca de cultura e conhecimento.

A educação visa não apenas transmitir informações, mas também ampliar. A reflexão de um professor sobre as suas próprias ações produz saberes que estão presentes nas suas observações e reflexões sobre a prática. Pensar criticamente

sobre suas ações pode iniciar mudanças e levar ao desenvolvimento de novos pensamentos e estratégias comportamentais. Ao permanecer em conformidade com a comunidade, a escola possibilita uma formação completa e integral dos estudantes, contribuindo para a sua formação como cidadãos ativos e modificáveis, capazes de contribuir positivamente para a sociedade em que estão inseridos.

Atualmente, ser professor solicita-nos um novo pensar acerca das políticas educacionais e das propostas de inserção dos educandos nas redes de educação públicas, nesse caso, o trabalho pedagógico desenvolvido deve ser de cunho eminentemente voltado para a vida de forma interligada. A globalização acelerada vem ressaltando essas diferenças locais e globais, mencionando e as acompanhando através das diversas tecnologias midiáticas que vem surgindo. Sendo assim, a escola, enquanto instituição social e integradora do conhecimento, tem que se adaptar a esse novo mundo globalizado para poder atender seus alunos, sempre objetivando prepará-los para a vida.

No momento que as escolas passarem a introduzir em suas metodologias de ensino o uso da comunicação digital dará a oportunidade aos educandos de aprenderem de forma atrativa e, ao mesmo tempo, oportunizando-os a adquirirem diferentes saberes. Cabendo à escola proporcionar esse acesso, essa interação, permitindo a inclusão educacional e social de forma interdisciplinar. Segundo Cruz (2004):

A inclusão digital deve favorecer a apropriação da tecnologia de forma consciente, que torne o indivíduo capaz de decidir quando, como e para que utilizá-la. Do ponto de vista de uma comunidade, a inclusão digital significa aplicar as tecnologias a processos que contribuam para o fortalecimento de suas atividades econômicas, de sua capacidade de organização, do nível educacional e da autoestima dos seus integrantes, de sua comunicação com outros grupos, de suas entidades e serviços locais e de sua qualidade de vida (Cruz, 2004 p.9-10).

Através da inclusão digital os docentes assumirão a política afirmativa de direitos de aprendizagem dos alunos, e integrando através das novas tecnologias a contextualização e o múltiplo aprendizado dos educandos. A inclusão digital traz grandes benefícios, pois a tecnologia auxilia na comunicação e as pessoas serão beneficiadas desde que saibam como usar a internet de forma benéfica. Isso permitirá a criação de novas oportunidades de emprego, aumentará a produtividade e a competitividade das empresas e contribuirá para a luta contra a pobreza. Desse modo, a inclusão digital nas escolas pode proporcionar espaços de aprendizagem

lúdicos e dinâmicos, com participação ativa dos alunos. Esse esforço é essencial para desenvolver o senso crítico e para aprender os conteúdos propostos na grade curricular da instituição de ensino.

O mundo globalizado em que estamos inseridos leva-nos a pensar e refletir sobre o uso das tecnologias na vida social, principalmente, na educação. E, aqueles que serão futuros professores e que receberão várias tecnologias no ambiente escolar, devem refletir bastante as ferramentas e seu uso adequado. Isso é essencial para o desenvolvimento tanto dos professores como dos alunos, o que implica entender que não é uma tarefa fácil, porém é muito importante para que haja maior interação com os discentes. Segundo Machado (1995, p.466) “Aprender consiste em saber interagir com as fontes de conhecimento existentes [...], com outros detentores/ processadores do conhecimento, outros professores, outros alunos e membros da sociedade”.

A partir do exposto, vê-se a necessidade de a escola contemplar na sua prática pedagógica metodologias que preparem os alunos para o exercício da cidadania e, conseqüentemente, para o mundo do trabalho, com o uso de tecnologias que são ideais nesse processo produtivo de aprendizagem e preparação para a vida em sociedade.

Reconhecendo-se que a sociedade está em constantes transformações e que, os alunos necessitam aprender de forma prazerosa e descontraída, é necessário que os professores se atualizem de modo a subsidiar-se das novas tecnologias para atender as necessidades e as expectativas desses educandos. Diante desse contexto, vale destacar que a inserção das novas tecnologias nas escolas é um dos fatores preponderantes para que haja uma aprendizagem de forma atrativa.

Desse modo, as novas tecnologias quando introduzidas no processo de ensino aprendizagem podem promover nos educandos uma concessão interativa, uma maior captação e colaboração entre povos e culturas diferenciadas, além da transmissão de valores sociais, a criação de modo de vida dos alunos, e ainda é uma maneira de introduzir alternativas diferentes de aprender, pois mostra ao aluno que vale a pena estudar.

No decorrer deste capítulo discutimos sobre Legislação educacional, o currículo, o ensino de Língua Portuguesa e o uso das tecnologias digitais de informação comunicação (TDICS), os marcos legais da BNCC e o cenário político

ideológico e o ensino de Língua Portuguesa nos anos finais do ensino fundamental e as tecnologias de informação e comunicação. No próximo capítulo, iremos fazer uma análise da BNCC sobre as tecnologias nas aulas de Língua Portuguesa.

3. A BNCC E AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

A seção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que trata da área de Linguagens e suas Tecnologias fala sobre a materialização e a ampliação das aprendizagens preestabelecidas pela BNCC do Ensino Fundamental II em um conjunto de disciplinas: Arte, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Educação Física; assim, a junção dessas áreas do conhecimento busca garantir os direitos linguísticos de forma diversificada as distintas populações dos povos brasileiros. Para tanto, prediz que os alunos devem adquirir competências e habilidades que lhes permitam mobilizar e pronunciar informações desses componentes concomitantemente a extensões socioemocionais em ocasiões de aprendizagem que lhes sejam expressivas e relevantes para sua formação integral.

A junção das disciplinas de Português, Arte, Inglês e Educação Física tem por objetivo fazer com que os educandos participem de diferentes práticas de linguagens; sejam elas artísticas, linguísticas e corporais, isso permite a ampliação do repertório linguístico de todos os alunos. A BNCC, logo na primeira seção, nos apresenta 10 competências gerais ³ que todos os estudantes devem desenvolver durante o percurso pela educação Básica. Essas competências propõem assegurar uma formação de forma integral a todos os alunos e, por esse motivo, não apresenta nem um componente de forma solta e isolada. Com a implementação da base, podemos ver que os componentes devem ser trabalhados de forma transdisciplinar.⁴ Vejamos:

Na BNCC, cada Competências Geral é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas

-
- ³ 1. Conhecimento
 2. Pensamento científico, crítico e criativo
 3. Senso estético e repertório cultural
 4. Comunicação
 5. Cultura digital
 6. Autogestão
 7. Argumentação
 8. Autoconhecimento e autocuidado
 9. Empatia e cooperação
 10. Autonomia

⁴ Transdisciplinar: Princípio teórico que busca uma intercomunicação entre as disciplinas, tratando efetivamente de um tema comum (transversal). Ou seja, na transdisciplinaridade não existem fronteiras entre as disciplinas.

cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Penido, 2013, p. 12).

Podemos observar que as competências gerais da Base procuram definir de que forma deve ser o ensino e o que deve ser garantido e desenvolvido nos alunos ao longo da Educação Básica. Tendo em vista isso, os documentos nacionais de educação abordam que o ensino básico deve ter por finalidade assegurar aos educandos uma formação comum imprescindível para o exercício de uma autonomia enquanto cidadão, além disso, mostrar meios para que possam seguir no mundo do trabalho e em estudos posteriores à Educação Básica do Brasil (2018). Vale ressaltar aqui as 10 competências específicas da BNCC e o que cada uma significa. A primeira competência: **Valoriza o Conhecimento:**

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (Brasil 2018, p. 09).

A Base valoriza o reconhecimento das perspectivas únicas de cada sociedade e a preservação do conhecimento que os alunos já possuem sobre o conteúdo. Ao valorizar o conhecimento histórico dos domínios físico, social, cultural e digital; a escola pode melhorar a sua compreensão sobre o mundo que habitamos. Analisar as transformações ocorridas ao longo do tempo permite-nos compreender como as sociedades se estruturam, como se progrediram na ciência e na tecnologia e como surgiram diferentes culturas.

Ao reconhecer a importância desses conhecimentos, podemos continuar aprendendo e expandindo nosso entendimento sobre o mundo. A educação histórica nos permite não apenas adquirir informações sobre o passado, mas também refletir sobre as causas e as consequências das mudanças sociais, políticas e econômicas que ocorreram ao longo do tempo. Dessa forma, podemos tirar lições valiosas do passado e aplicá-las no presente, contribuindo para uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

A segunda competência: **Pensamento científico, crítico e criativo:**

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular

e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas (Brasil, 2018, p. 09).

Nessa competência a escola deve desenvolver em seus alunos a curiosidade, ajudando os educandos a se tornarem seres intelectuais, críticos e capazes de criarem seus próprios conhecimentos através de investigações científicas que venham a ajudar a desenvolver hipóteses para a resolução de problemas. O pensamento científico, crítico e criativo é fundamental para o avanço da sociedade e para a resolução de problemas complexos.

Esses três aspectos estão interligados e se complementam na busca por novas descobertas, na análise objetiva de informações e na geração de ideias inovadoras. Assim, é através do pensamento científico que conseguiremos fazer a aplicação de métodos e técnicas científicas, através de pesquisas e compreensão do mundo ao nosso redor. Por outro lado, o pensamento crítico envolve a análise objetiva e cuidadosa das informações disponíveis. Já o pensamento criativo, envolve a capacidade de encontrar soluções originais e inovadoras para problemas e desafios.

Terceira competência: **Repertório Cultural**: “Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural” (Brasil, 2018, p.09). Assim, as escolas devem garantir a participação dos alunos em diferentes atividades culturais desde a participação em danças e em apresentações culturais, pois é fundamental para enriquecer nossa experiência e promover a diversidade cultural. Ao valorizar e fruir as diferentes manifestações artísticas e culturais, estamos abertos a conhecer novas formas de expressão, tradições, estilos e perspectivas. Isso nos permite expandir nossos horizontes, ampliar nossa compreensão do mundo e valorizar a riqueza do patrimônio cultural humano.

Ao participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural, estamos engajados em criar, explorar e expressar nossa própria criatividade e identidade. Seja através da dança, música, teatro, literatura, cinema, artes visuais ou outras formas de expressão, estamos envolvidos em um processo de autodescoberta, aprendizado e comunicação. A produção artístico-cultural também nos permite compartilhar nossas vivências, perspectivas e emoções com os outros.

Ela possibilita a construção de pontes entre diferentes culturas, gerações e experiências, promovendo o diálogo, a empatia e a construção de uma sociedade

mais integrada e inclusiva. Além disso, ao valorizar e fruir as manifestações artísticas e culturais, contribuimos para a preservação e a transmissão do patrimônio cultural para as futuras gerações. Ao reconhecer e apoiar os artistas e profissionais do setor cultural, estamos contribuindo para a sua valorização e sustentabilidade.

Portanto, valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, e participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural, é uma maneira de enriquecer nossa vida, promover a diversidade cultural e contribuir para a construção de uma sociedade mais criativa, inclusiva e resiliente.

A quarta competência: **Comunicação:**

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, além de produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo (Brasil, 2018, p.09).

Essa competência vem dar destaque para a utilização de uma comunicação através das múltiplas linguagens que existem, o ensino deve ser pautado no princípio de uma linguagem mista na qual venha atender a todas as necessidades de aquisição da linguagem de todos os alunos.

A quinta competência: **Cultura Digital:**

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (Brasil, 2018, p. 09).

Os alunos devem conhecer e compreender as diferentes tecnologias digitais de forma crítica e participativa, pois a cultura digital promove a otimização da aprendizagem, aumenta o envolvimento e promove o desenvolvimento de diversas competências, entre outras coisas, ao mesmo tempo em que os ajuda a perceber a importância da aprendizagem, a importância de utilizar mais tecnologia na sala de aula e todos os seus benefícios.

A sexta competência: **Trabalho e projeto de vida:**

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais, apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações

próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (Brasil, 2018, p. 09).

No decorrer dos anos da Educação Básica os educandos devem ser valorizados nos diferentes campos dos saberes e se tornarem capazes de fazerem suas próprias escolhas no mundo do trabalho, além de fazerem escolhas do seu próprio projeto de vida. A diversidade cultural traz diferentes tradições, crenças, valores, línguas e costumes. Quando os professores abraçam essa diversidade nas suas salas de aula, podem ajudar a expandir novos horizontes, enriquecer o seu conhecimento de diferentes culturas e promover a tolerância e o respeito mútuo.

A sétima competência: **Argumentação**:

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta (Brasil, 2018, p.09).

A ideia de que o raciocínio e a construção do conhecimento são processos inter-relacionados que não podem ser imediatamente separados, levanta questões sobre os mecanismos de aprendizagem que fazem do raciocínio uma atividade especial, associada aos processos de construção do conhecimento. O desenvolvimento racional requer aprender a reconhecer fontes confiáveis e relevantes e aumentar a sua capacidade de tirar conclusões, o aluno ainda deve ser capaz de argumentar e expressar sua opinião de forma consciente, se baseando em fontes confiáveis para poder defender suas ideias de forma consciente e segura.

A oitava competência: **Autoconhecimento e autocuidado**: “Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas” (Brasil, 2018, p.10).

O autocuidado está intimamente relacionado à autoestima e ao autoconhecimento. Isso porque esse fator fortalece a confiança do indivíduo em si mesmo, influencia suas decisões cotidianas e proporciona conhecimento sobre os limites do seu corpo e da sua mente. A autoconsciência permite que as pessoas controlem melhor suas emoções e atitudes, facilitando o relacionamento entre elas na vida pessoal e no trabalho. Investir no autoconhecimento é importante tanto

profissionalmente, quanto pessoalmente. Pessoas com autoconhecimento podem desenvolver inteligência emocional. Isso significa que você pode regular suas emoções e atingir seus objetivos. Ele consegue controlar seus medos, ansiedades, frustrações e acertos em suas ações.

A nona competência: **Empatia e cooperação:**

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, suas identidades, suas culturas e suas potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (Brasil, 2018, p.10).

A promoção da empatia nas escolas desempenha um papel importante na criação de pessoas que sejam mais respeitadas e compassivas para com os outros. Isto permite-lhe desenvolver a capacidade de compreender e sentir as emoções dos outros de forma objetiva e racional, desse modo, melhorando a comunicação pessoal e social ao mesmo tempo, que promove a reciprocidade e a interligação. Quando a preocupação empática é entendida como uma função da inteligência humana, ela é principalmente uma gestão emocional e pode ser desenvolvida desde a infância. Os alunos devem ser tratados com empatia, partindo de diálogos entre professores e alunos em que ambos sejam respeitados de forma igualitária prezando sempre por um bom relacionamento e respeitando os direitos de cada um.

A décima e última competência: **Responsabilidade e cidadania:** “Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários” (Brasil, 2018, p.10). A cidadania nos dá acesso aos direitos civis, políticos e sociais. Desempenha um papel essencial na formação da estrutura social, política e cultural do país. Ser cidadão significa pertencer a um país e exercer os seus direitos e obrigações. Todos devem ter responsabilidades e autonomia para tomarem decisões sempre prezando pela democracia.

As Competências essenciais da BNCC descrevem o compromisso da educação brasileira em formar pessoas mais críticas e participativas e em criar uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Elas estão incluídas no capítulo introdutório da BNCC que também descreve como os docentes devem trabalhar em sala de aula cada competência.

As dez competências gerais que permitem às escolas promover o desenvolvimento intelectual, social, físico, emocional e cultural; são consideradas aspectos fundamentais do ponto de vista educativo e formativo, e constituem uma excelente orientação para os conteúdos do ensino geral nacional, incluindo a educação. Elas desafiam os professores a conectar os mundos acadêmico, social e cultural em que vivemos.

Na parte da BNCC que trata sobre a área de Linguagens e suas Tecnologias, o capítulo procura concretizar e expandir as aprendizagens previstas na BNCC do Ensino Fundamental nos componentes Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa, dando ênfase a garantia de todos os direitos de aprendizagem aos diferentes povos que habitam o território nacional como: Negros, quilombolas, indígenas etc.

Para garantir o direito de aprendizagem dos diferentes grupos sociais presentes no Brasil, apresenta em seu texto competências e habilidades que devem ser alcançadas por todos os alunos ao término da Educação Básica em cada conjunto de disciplinas. A Base Nacional Comum Curricular leva em consideração, na área de línguas, o conhecimento dos sujeitos sobre como usar a linguagem nos diversos contextos de comunicação humana, desde a linguagem informal até as modalidades formais que algumas circunstâncias exigem. Entendimentos permitem mobilizar e expandir recursos expressivos para desenvolver relações significativas com outras pessoas em uma variedade de contextos e compreender como o ser humano se forma como sujeito e como se comporta no mundo.

O objetivo principal da BNCC da disciplina de Língua Portuguesa é facilitar o contato com o idioma dos alunos. Com base nisso, o aluno passa a vivenciar um mundo com inúmeros gêneros textuais cada vez mais multissemiótico⁵ e multimidiático.⁶ Diante disso, ao final de sua jornada no Ensino Fundamental II os alunos devem sair da disciplina de Língua Portuguesa com dez competências específicas que estão descritas na BNCC que são:

⁵ Multissemiótico: São aqueles que envolvem o uso de diferentes linguagens. Neste sentido, a maioria dos gêneros que circulam socialmente são multissemióticos, pois envolvem no mínimo a linguagem verbal e a visual (fotos, ilustrações, cores). Um poema visual, por exemplo, configura-se como um texto verbo-visual.

⁶ Multimidiático: são conteúdos multimidiáticos traçado de rotas alternativas que conectam informações multimídia (som, imagem, texto, animação, vídeo).

1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.
2. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.
3. Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo.
4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.
5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual.
6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.
7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.
8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.).
9. Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura.

10. Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais (Brasil, 2018, p.89).

Fazendo uma análise sobre cada competência listada acima, podemos ver que na primeira competência os alunos devem entender que a linguagem pode ser considerada um fenômeno social porque ocorre por meio da interação social entre os indivíduos. Assim, muitas vezes as pessoas associam o estudo da linguística apenas à escrita, contudo, a linguagem se configura por meio de dois modos: o falar e o escrever, ambos com peculiaridades e características próprias. Concluímos que a linguagem é utilizada na interação comunicativa e pode ser entendida como um produto cultural e histórico. Desse modo, entende-se que não existe cultura sem língua e que a identidade se constrói através da língua e da cultura.

Na segunda devemos tratar o português com base nos pressupostos da BNCC, termos que adotamos uma perspectiva fonético-discursiva da língua, entendendo que sua aquisição ocorre por meio da interação social e da prática. Esse processo centra-se no texto como unidade de trabalho e incentiva atividades em que os alunos relacionam o texto com o contexto em que foi criado, desenvolvendo assim as competências necessárias para utilizar a língua de forma eficaz. A fala e a prática se desenvolvem no processo de produção do texto em diversas mídias e semióticas.

A terceira competência mostra que trabalhar com gêneros textuais também permite vincular atividades entre áreas do conhecimento, contribuindo diretamente para uma aprendizagem significativa nas áreas de prática, produção e compreensão de leitura. O reconhecimento a priori dos gêneros dos diferentes tipos de textos discursivos é necessário para a organização dos textos e, portanto, para o planejamento das ideias. Portanto, o envolvimento com os gêneros textuais em sala de aula é essencial para estimular e desenvolver habilidades de leitura e escrita.

Na quarta competência, os professores são desafiados a enfrentar e gerir (e ensinar a gerir) a diversidade em todas as suas manifestações, uma das quais é a variação linguística. Os professores devem fazer com que os alunos compreendam que a língua é composta por variações linguísticas e que essas variações devem ser respeitadas de acordo com a situação de produção; superar a discriminação

relacionada às diferenças de fala brasileiras por meio de atividades interativas e divertidas.

Na quinta competência, os alunos serão capazes de compreender e analisar os processos de produção e circulação de discursos em diferentes línguas para fazer escolhas informadas baseadas em interesses individuais e coletivos.

Na sexta competência, o aluno deve ser capaz de reconhecer a linguagem escrita apropriada como forma de interagir em diferentes áreas da vida social e utilizá-la para ampliar as oportunidades de participação na cultura educada, construir conhecimento (incluindo conhecimento escolar) e envolver-se em maior autonomia e heroísmo na vida social.

A sétima competência implica na capacidade de decodificar cadeias de grafemas e delas extrair informações e construir conhecimento. Desenvolva autonomia e hábitos de leitura para a fluência e eficácia da leitura e selecione estratégias apropriadas com base no propósito.

Na oitava competência, o foco está na interação ativa entre o leitor/ouvinte/espectador e textos escritos, orais ou polissemióticos provenientes de diferentes áreas da atividade humana. Para melhorar a compreensão da leitura, recomenda-se que os alunos tenham múltiplas experiências de leitura, audição e comentário de textos escritos.

Na competência nove, os alunos têm a oportunidade de vivenciar textos literários. Esses textos não apenas tocam as emoções do leitor, mas também estimulam o pensamento crítico sobre questões éticas, políticas, sociais, ideológicas e uma análise mais detalhada das estratégias linguísticas utilizadas na construção do texto. Através da literatura, os alunos formam as suas personalidades, compreendem melhor as suas próprias emoções, entendem a sua posição na sociedade, formam perspectivas críticas e refletem a realidade do mundo.

Na última competência que fala sobre as ferramentas digitais, salienta que elas podem ajudar os alunos a desenvolver competências digitais práticas que podem aplicar no seu trabalho diário, dentro e fora da sala de aula, e ajudam-nos a navegar pelo mundo através da comunicação e da informação. E a integração de ferramentas digitais proporciona uma experiência perfeita para os alunos. Em vez de acessar diversas plataformas e ferramentas, os alunos podem encontrar tudo o que precisam em um só lugar.

Em resumo, as dez competências de Língua portuguesa do Ensino Fundamental II são o conjunto de conhecimentos, valores e atitudes, que devem ser buscados pela educação. Ao aplicar essas competências na prática o professor contribuirá para desenvolver em seus alunos o domínio da compreensão e expressão oral, leitura e expressão escrita e conhecimento explícito da língua.

Entende-se por compreensão oral a capacidade de atribuir significado à fala em diferentes formas do português. Essa habilidade envolve receber e decodificar mensagens acessando o conhecimento organizado na memória, incluindo prestar atenção às palavras e selecionar a natureza da mensagem. A expressão oral é entendida como a capacidade de produzir sequências sonoras significativas e consistentes com a gramática da língua. Essa habilidade envolve a aplicação de conhecimentos linguísticos e sociais, além disso exige atitude cooperativa na interação e conhecimento do papel do falante em cada tipo de situação.

A leitura é entendida como um processo interativo entre o leitor e o texto, em que a primeira parte recria o sentido da segunda parte. Essa habilidade envolve a capacidade de decodificar sequências gráficas, extrair informações delas e construir conhecimento. A expressão escrita é entendida como o produto significativo e gramaticalmente adequado da língua, resultado de um processo que inclui o conhecimento do sistema de representação gráfica aplicado.

Essas competências representam um convite à responsabilidade que envolve a ciência e a ética, necessitando constituir-se em instrumentos para que a sociedade possa reconstruir valores perdidos ao longo da história da educação brasileira, principalmente no que tange à educação do ensino fundamental. A BNCC traz em sua construção, o compromisso de que “a educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (Brasil, 2018, p. 30).

A BNCC divide o ensino de LP em quatro grandes campos de atuação que são: campo jornalístico-midiático, campo de atuação na vida pública, campo das práticas de estudo e pesquisa e campo artístico-literário. Dentro de cada um deles há objetos do conhecimento e as habilidades que cada aluno deve adquirir. Vejamos agora o que cada um desses campos determina:

O campo jornalístico-midiático é responsável pela cobertura dos fatos e eventos do cotidiano, refletindo sobre a realidade de uma forma crítica e criativa.

Com a internet, as mídias digitais se tornaram uma grande fonte de informação para a população. Elas possuem diferentes formatos e plataformas para a distribuição de conteúdo. Através da participação em campos como o jornalístico-midiático e o de atuação na vida pública, é possível exercer uma cidadania ativa e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

CAMPO JORNALÍSTICO-MIDIÁTICO – Trata-se, em relação a este Campo, de ampliar e qualificar a participação das crianças, adolescentes e jovens nas práticas relativas ao trato com a informação e opinião, que estão no centro da esfera jornalística/midiática. Para além de construir conhecimentos e desenvolver habilidades envolvidas na escuta, leitura e produção de textos que circulam no campo, o que se pretende é propiciar experiências que permitam desenvolver nos adolescentes e jovens a sensibilidade para que se interessem pelos fatos que acontecem na sua comunidade, na sua cidade e no mundo e afetam as vidas das pessoas, incorporem em suas vidas a prática de escuta, leitura e produção de textos pertencentes a gêneros da esfera jornalística em diferentes fontes, veículos e mídias, e desenvolvam autonomia e pensamento crítico para se situar em relação a interesses e posicionamentos diversos e possam produzir textos noticiosos e opinativos e participar de discussões e debates de forma ética e respeitosa (Brasil, 2018, p.140).

Exclusivo do Ensino Fundamental II, é um campo que se preocupa com a criticidade com que os educandos irão receber o texto, preocupa-se com a criticidade com que o aluno irá receber o texto de diferentes canais, especialmente os dos canais que são acessíveis. Além disso, sugere meio para aumentar o senso crítico dos estudantes, baseando-se na vivência e leitura de mundo de cada aluno. Com objetivo em sua participação na sociedade de forma crítica, é um campo da BNCC que aborda temas relacionados à educação midiática e foca em objetivos educacionais ético e responsáveis para formar cidadãos críticos e ativos em cenários democráticos. Também fortalece os papéis dos leitores e autores, combinando os papéis dos usuários e dos editores de conteúdo.

Vejamos agora o campo de atuação na vida pública.

CAMPO DE ATUAÇÃO NA VIDA PÚBLICA – Trata-se, neste Campo, de ampliar e qualificar a participação dos jovens nas práticas relativas ao debate de ideias e à atuação política e social, por meio do(a): - compreensão dos interesses que movem a esfera política em seus diferentes níveis e instâncias, das formas e canais de participação institucionalizados, incluindo os digitais, e das formas de participação não institucionalizadas, incluindo aqui manifestações artísticas e intervenções urbanas; - reconhecimento da importância de se envolver com questões de interesse público e coletivo e compreensão do contexto de promulgação dos direitos humanos, das políticas afirmativas, e das leis de uma forma geral em um estado democrático, como forma de propiciar a vivência democrática

em várias instâncias e uma atuação pautada pela ética da responsabilidade (o outro tem direito a uma vida digna tanto quanto eu tenho); - desenvolvimento de habilidades e aprendizagem de procedimentos envolvidos na leitura/escuta e produção de textos pertencentes a gêneros relacionados à discussão e implementação de propostas, à defesa de direitos e a projetos culturais e de interesse público de diferentes naturezas. Envolvem o domínio de gêneros legais e o conhecimento dos canais competentes para questionamentos, reclamação de direitos e denúncias de desrespeitos a legislações e regulamentações e a direitos; de discussão de propostas e programas de interesse público no contexto de agremiações, coletivos, movimentos e outras instâncias e fóruns de discussão da escola, da comunidade e da cidade. (Brasil, 2018, p.146)

Esse campo tem por objetivo trabalhar a cidadania em conjunto com a comunidade por meio de textos que debatem direitos e obrigações, como estatutos legais. Além disso, busca auxiliar no processo de educação cívica, ajudando o aluno a perceber o quão importante a escola é para o desenvolvimento de sua aprendizagem e o convívio em sociedade, assim, levando-o a agir e pensar criticamente, interagir com outras pessoas e oferecer soluções. Desse modo, nesse campo os alunos têm a oportunidade de terem contato com diferentes gêneros relacionados: inquérito e sondagens de opinião, seminários, notas, propostas, projetos culturais e atividades de intervenção, orais incluindo elementos paralinguísticos e cinéticos.

O campo das práticas de estudo e pesquisa, possibilita aos alunos a utilização do método científico para produção de conhecimento em diferentes áreas, buscando respostas para questões que ainda não foram respondidas. Também leva os educandos a fazerem estudos aprofundados de um tema específico realizado dentro do ambiente escolar com o objetivo de contribuir para a produção de conhecimento em uma área do conhecimento:

CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA – Trata-se de ampliar e qualificar a participação dos jovens nas práticas relativas ao estudo e à pesquisa, por meio de: - compreensão dos interesses, atividades e procedimentos que movem as esferas científica, de divulgação científica e escolar; - reconhecimento da importância do domínio dessas práticas para a compreensão do mundo físico e da realidade social, para o prosseguimento dos estudos e para formação para o trabalho; e - desenvolvimento de habilidades e aprendizagens de procedimentos envolvidos na leitura/escuta e produção de textos pertencentes a gêneros relacionados ao estudo, à pesquisa e à divulgação científica (Brasil, 2018, p.150).

No campo das práticas de estudo e pesquisa deve ser desenvolvida nos alunos competências de leitura/ouvir e produzir textos em gêneros relacionados com

a aprendizagem baseada em processos, investigação científica, investigação e divulgação desses textos. Alguns exemplos de textos utilizados nesse exercício de pesquisa incluem livros didáticos, artigos científicos, notas de divulgação científica, relatos de experiência, registros, enciclopédias, quadros, gráficos, tabelas, infográficos, gráficos etc. Desse modo, os discentes devem aprender os gêneros expositivos e argumentativos e permitir os aprendizados relacionados ao estudo e à investigação científica. Esse campo coopera de forma integral para o desenvolvimento do educando, pois possibilita a se tornar um sujeito pesquisador.

O campo artístico-literário atua em relação ao envolvimento em situações de leitura, à fruição e à criação de textos literários e artísticos e à expressão da diversidade cultural e linguística que contribui para a experiência estética. Dessa forma, esse campo dá aos alunos a oportunidade de aprender sobre uma variedade de gêneros comuns na área: lendas, mitos, fábulas, histórias e outros textos práticos relacionados à criação e fruição de obras literárias que representam a diversidade cultural, crônicas, canções, poemas, poesia visual, música, desenhos animados, seriados etc. Além disso, ainda poderá contribuir para o desenvolvimento humano, incentivando o pensamento crítico, a criatividade e a produção de conhecimento nas mais diversas áreas.

CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO – O que está em jogo neste campo é possibilitar às crianças, adolescentes e jovens dos Anos Finais do Ensino Fundamental o contato com as manifestações artísticas e produções culturais em geral, e com a arte literária em especial, e oferecer as condições para que eles possam compreendê-las e fruí-las de maneira significativa e, gradativamente, crítica. Trata-se, assim, de ampliar e diversificar as práticas relativas à leitura, à compreensão, à fruição e ao compartilhamento das manifestações artístico-literárias, representativas da diversidade cultural, linguística e semiótica, [...]. Para que a experiência da literatura – e da arte em geral – possa alcançar seu potencial transformador e humanizador, é preciso promover a formação de um leitor que não apenas compreenda os sentidos dos textos, mas também que seja capaz de fruí-los. Um sujeito que desenvolve critérios de escolha e preferências (por autores, estilos, gêneros) e que compartilha impressões e críticas com outros leitores-fruidores (Brasil, 2018, p.156).

O objetivo deste campo é possibilitar que crianças, adolescentes e jovens dos Anos Finais do Ensino Fundamental interajam com as produções artísticas e culturais em geral, também com a arte literária em particular, ademais proporcionar-lhes condições necessárias que o façam de maneira significativa e gradualmente crítica. Com isso, é necessário ampliar e diversificar as práticas relacionadas à

leitura, compreensão, fruição e compartilhamento de manifestações artísticas literárias que reflitam a diversidade linguística, cultural e semiótica. A leitura é o centro do desenvolvimento nesse campo, por isso, possibilitar diferentes estratégias de leitura, tais como: apresentações culturais, rodas de leitura, leitura compartilhada, leitura individual, leitura coletiva, contação de histórias, contato com diferentes gêneros textuais, entre outros, para despertar o gosto do aluno pela leitura é primordial para que as habilidades relacionadas à compreensão textual, análise linguística, expressão oral, produção textual e fruição na leitura sejam alcançadas.

Os principais objetivos desses quatro campos do conhecimento que a BNCC nos apresenta, através de uma proposta de contextualização das práticas linguísticas, são: proporcionar liderança aos alunos de todas as idades e desafiar a percorrerem diferentes caminhos percebendo que os textos estão em todas as partes e que eles são importantes para a nossa vida e formação, ademais desafia o professor a usar diferentes metodologias de ensino sempre partindo do contexto. Cada campo possui suas próprias especificidades e desafios, mas todos são igualmente importantes para a produção de conhecimento, a expressão artística e a participação cidadã.

De acordo com as pesquisas feitas ainda se constatou que quando as tecnologias de comunicação e aprendizagem são inseridas no processo de ensino e aprendizagem trazem subjacentes para um ensino aprendizagem diferenciado e mais prazeroso, ou seja, contribui no desenvolvimento cognitivo dos alunos e, muitas das vezes, podem cooperar para uma aprendizagem mais rápida e eficaz, principalmente, quando o público-alvo são alunos que já trazem consigo as vivências do seu dia a dia.

Desta forma ainda encontramos como resultados no texto da BNCC a consideração da cultura digital, incluindo suas diversas formas linguísticas e literárias, desde aquelas que são principalmente lineares e têm baixo nível de complexidade hipertextual até aquelas que envolvem hipermídia. Para chegarmos a esses resultados, elaboramos um quadro de mapeamento do uso das tecnologias na BNCC no qual usamos como critérios para elaborar esse quadro apenas as partes que fazem referências ao uso das tecnologias no ensino de língua portuguesa do fundamental II.

Quadro 1 – Mapeamento do uso de TDIC na BNCC no ensino de língua portuguesa no fundamental II.

Mapeamento do uso de TDIC na BNCC no ensino de língua portuguesa no fundamental II	
Estratégias e procedimentos de leitura	<ul style="list-style-type: none"> ● Articular o verbal com outras linguagens – diagramas, ilustrações, fotografias, vídeos, arquivos sonoros etc. – reconhecendo relações de reiteração, complementaridade ou contradição entre o verbal e as outras linguagens. ● Manejar de forma produtiva a não linearidade da leitura de hipertextos e o manuseio de várias janelas, tendo em vista os objetivos de leitura.
Adesão às práticas de leitura	<ul style="list-style-type: none"> ● Mostrar-se interessado e envolvido pela leitura de livros de literatura, textos de divulgação científica e/ou textos jornalísticos que circulam em várias mídias.
Consideração e reflexão sobre as condições de produção dos textos que regem a circulação de diferentes gêneros nas diferentes mídias e campos de atividade humana	<ul style="list-style-type: none"> ● Refletir sobre diferentes contextos e situações sociais em que se produzem textos e sobre as diferenças em termos formais, estilísticos e linguísticos que esses contextos determinam, incluindo-se aí a multisssemiose e características da conectividade (uso de hipertextos e hiperlinks, dentre outros, presentes nos textos que circulam em contexto digital). ● Analisar as condições de produção do texto no que diz respeito ao lugar social assumido e à imagem que se pretende passar a respeito de si mesmo; ao leitor pretendido; ao veículo ou à mídia em que o texto ou produção cultural vai circular; ao contexto imediato e ao contexto sócio-histórico mais geral; ao gênero do discurso/campo de atividade em questão etc.

Alimentação temática	<ul style="list-style-type: none"> • Selecionar informações e dados, argumentos e outras referências em fontes confiáveis impressas e digitais, organizando em roteiros ou outros formatos o material pesquisado, para que o texto a ser produzido tenha um nível de aprofundamento adequado (para além do senso comum, quando for esse o caso) e contemple a sustentação das posições defendidas.
Estratégias de produção	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver estratégias de planejamento, revisão, edição, reescrita/redesign e avaliação de textos, considerando-se sua adequação aos contextos em que foram produzidos, ao modo (escrito ou oral; imagem estática ou em movimento etc.), à variedade linguística e/ou semioses apropriadas a esse contexto, os enunciadores envolvidos, o gênero, o suporte, a esfera/ campo de circulação, adequação à norma-padrão etc. • Utilizar softwares de edição de texto, de imagem e de áudio para editar textos produzidos em várias mídias, explorando os recursos multimídias disponíveis.
Consideração e reflexão sobre as condições de produção dos textos orais que regem a circulação de diferentes gêneros nas diferentes mídias e campos de atividade humana	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre diferentes contextos e situações sociais em que se produzem textos orais e sobre as diferenças em termos formais, estilísticos e linguísticos que esses contextos determinam, incluindo-se aí a multimodalidade e a multisssemiose.
Relação entre fala e escrita	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer relação entre fala e escrita, levando-se em conta o modo como as duas modalidades se articulam em diferentes gêneros e práticas de linguagem (como jornal de TV, programa de rádio, apresentação de seminário, mensagem instantânea etc.), as semelhanças e as diferenças entre modos de falar e de registrar o escrito e os aspectos sociodiscursivos, composicionais

	e linguísticos de cada modalidade sempre relacionados com os gêneros em questão.
--	--

Fonte: elaborado pelo autor com base na BNCC.

Analisando agora cada ponto do quadro podemos ver o primeiro ponto faz referência a estratégias e procedimentos de leitura que estão dentro do eixo de leitura na BNCC, e abrange as práticas de linguagem composta da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos, especificamente as leituras para: frutificação estética de textos e obras literárias; pesquisa e embasamento de trabalhos escolares e acadêmicos; realização de procedimentos; conhecimento, discussão e debate sobre temas sociais relevantes; apoiar a reivindicação de algo no contexto de atuação da vida pública; ter maior conhecimento que permita o desenvolvimento de projetos pessoais, entre outras possibilidades.

A leitura no contexto da BNCC é feita em sentido mais amplo, referindo-se não apenas a textos escritos, mas também a textos visuais (fotos, pinturas, desenhos, esquemas, gráficos, diagramas etc.) ou textos em movimento (filmes, vídeos etc.) e música que os acompanham e conotam.

O segundo ponto é referente a adesão às práticas de leituras, os alunos têm a oportunidade de praticarem a leitura por meio de diferentes livros e textos de divulgação científica que circulam em variadas mídias, mais uma vez, aqui se percebe a necessidade do uso das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem, ainda abrange a interpretação de textos através de imagens, links e outros recursos que eles compõem, no âmbito de análise linguística e semiótica. Por exemplo, o documento propõe uma observação da formatação dos mais variados textos, incluindo em ambientes digitais para que o aluno compreenda que uma escolha na diagramação do conteúdo é significativa. Nesse contexto, é necessário que o estudante entenda o significado da imagem transmitida por informações como o enquadramento e a luz utilizada.

O terceiro ponto fala sobre “consideração e reflexão sobre as condições de produção dos textos que regem a circulação de diferentes gêneros nas diferentes mídias e campos de atividade humana” (Brasil, 2018, p. 34), nota-se que os alunos são instigados a refletirem sobre os diferentes contextos sociais nos quais os textos

são escritos, como termos formais, linguísticos e estilísticos; isso dentro do contexto digital.

Esse ponto faz recendência a produção de textos e os educandos são levados a incluir técnicas de linguagem relacionadas à interação e autoria (individual ou coletiva) do texto escrito, oral e multissemiótico, com diversas propostas específicas e objetivos enunciativos, como, por exemplo, a criação de um álbum de famosas, de heróis ou de vilões. Fazer um almanaque que reproduz as práticas culturais da comunidade; criação de jogos, vídeo de *gameplay* ou *vlog*; e identificar várias produções culturais através de imagens ou *playlists* de forma crítica, humorística ou letrada em uma crônica; escreva frases científicas instigantes; dados do estudo em relatório de campo ou relatório multimodal e informações por meio de uma versão digital da enciclopédia.

O quarto ponto fala sobre alimentação temática, o aluno é levado a selecionar através de fontes confiáveis, por meio das tecnologias da informação, argumentos que possam ser usados como embasamento teórico na produção de textos. Assim, as habilidades de produção são estimuladas por meio de fatos de produção de textos que abrangem os gêneros presentes em diversos âmbitos humanos.

O quinto ponto aborda as estratégias de produção, assim, os alunos são instigados a desenvolverem estratégias de planejamento, revisão, edição e reescrita de textos através de softwares de edição de textos, desse modo, os estudantes terão a oportunidade de fazerem uso de diferentes mídias para editarem suas produções, com base nessas afirmações, podemos concluir que a prática de produção deve incluir textos escritos que sejam ao mesmo tempo orais e multissemióticos (compostos por diversas linguagens), de modo a convocar o desenvolvimento das fases de planejamento, revisão, edição, reescrita/redesenho e avaliação do texto.

Sexto ponto, “consideração e reflexão sobre as condições de produção dos textos orais que regem a circulação de diferentes gêneros nas diferentes mídias e campos de atividade humana” (Brasil, 2018, p. 67) os alunos têm a oportunidade de refletirem sobre diferentes contextos e situações sociais no qual os textos são produzidos. Além disso, leva os alunos a compreenderem as práticas de linguagem que ocorrem em contextos orais com ou sem contato presencial, tais como: aula dialogada, webconferência, mensagem gravada, *spot* de campanha, *jingle*,

seminário, debate, programa de rádio, entrevista, proclamação de poemas (com ou sem efeitos sonoros), peça teatral, apresentação de cantigas e canções, *playlist* comentada de músicas, *vlog* de jogo, contação de histórias e outras situações. Além de interações e debates abordando temas e outros aspectos linguísticos do trabalho em diversos setores de atividade, está incluída uma reprodução de textos em contextos socialmente relevantes.

O sétimo ponto aborda a relação entre fala e escrita, desse modo, os discentes são levados a perceberem como as duas modalidades se articulam entre diferentes gêneros. Nesse sentido, a BNCC determina que a escola permita que os alunos se tornem competentes no uso da tecnologia digital apropriando-se das diferentes linguagens que circulam no meio digital. Assim, conforme estabelecido nas orientações para o Ensino Fundamental, é preciso que uma aplicação dos recursos tecnológicos em cada disciplina seja consolidada. O documento visa garantir a contextualização do conhecimento geral, articulando as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura.

Ao longo das últimas décadas, as tecnologias digitais da informação e comunicação, também conhecidas por TDICS, têm alterado nossas formas de trabalhar, de se comunicar, de se relacionar e de aprender. Na educação, as TDICS têm sido incorporadas às práticas docentes como meio para promover aprendizagens mais significativas e com o objetivo de apoiar os professores na implementação de metodologias de ensino ativas; alinhando o processo de ensino e aprendizagem à realidade dos estudantes e despertando maior interesse e engajamento dos alunos em todas as etapas da Educação Básica.

As razões pelas quais a tecnologia e os recursos digitais devem tornar-se cada vez mais parte da vida escolar cotidiana não param por aí. A alfabetização e a literacia digital devem ser promovidas, a tecnologia e a informação distribuídas nos meios digitais devem ser acessíveis, além de proporcionar oportunidades para a inclusão digital. Após anos de discussão sobre o papel das novas tecnologias na educação, parece não haver dúvidas sobre a necessidade de as escolas contextualizarem as tecnologias e os meios digitais nas suas atividades educativas, tendo em conta a sua presença em todas as esferas da sociedade.

Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular prevê deliberadamente o desenvolvimento horizontal de competências e habilidades relacionadas com o uso crítico e responsável das tecnologias digitais em que são enfatizadas diferentes

competências e habilidades em todas as áreas do conhecimento e através de diferentes objetivos de aprendizagem. Desse modo, por meio de alguns métodos visa desenvolver competências relacionadas com a utilização de tecnologias, recursos e linguagem digitais, ou seja, desenvolver competências para compreender, utilizar e criar TDIC em diferentes práticas sociais.

O desenvolvimento e a análise do referido quadro revelam que as propostas de utilização da TDIC nos anos finais do ensino fundamental, na disciplina de Língua Portuguesa, estão relacionadas com as Competências 4 e 5.

4. Multiletramento: comunicar-se por meio de linguagens verbais, textuais, corporais, artísticas e científicas, utilizando plataformas multimídia analógicas e digitais. 5. Contextualização sociocultural do conhecimento: compartilhar informações e construir coletivamente o conhecimento (Brasil, 2018, p.18).

Um dos elementos temáticos do componente curricular de Língua Portuguesa é uma análise linguística; contudo, a BNCC oferece o seu ensino contextualizado nas práticas sociais, em vez do conteúdo em si. Dessa forma, o estudo da gramática deve coincidir com as práticas de leitura, escrita e comunicação oral. Porém, a compreensão das formas de uso nos gêneros textuais pode substituir a memorização de regras.

Neste contexto, é importante ter em mente que integrar as tecnologias digitais na educação não significa apenas utilizá-las como ferramenta ou suporte para incentivar a aprendizagem ou despertar o interesse dos alunos, mas sim “Selecionar, produzir, aplicar e avaliar recursos didáticos e tecnológicos para apoiar o processo de ensinar e aprender” (Brasil, 2018, p.19). Para poder utilizá-las juntamente com os alunos para ajudá-los a desenvolver conhecimentos e habilidades.

Por fim, a proposta de trabalho com a escrita ou a produção de texto aponta para práticas de linguagem relacionadas à interação e à autoria (individual ou coletiva) do texto escrito, oral e multissemiótico, assim como se verifica a ênfase no uso de softwares de edição de texto, de imagem e de áudio para editar textos produzidos em várias mídias. Essa frequência no uso desses materiais aponta para a importância do domínio dessas práticas no exercício diário que envolve os diferentes campos de atuação.

Por meio do uso das tecnologias na escola, a BNCC espera capacitar os alunos para se adaptarem e se tornarem proficientes na linguagem das tecnologias digitais. Além disso, conforme explicado nas diretrizes da educação básica, o uso de recursos tecnológicos deve ser fortalecido em cada disciplina. Ao implementar essa abordagem, é importante destacar que a BNCC vê a era tecnológica como uma aliada no processo de aprendizagem e como uma forma de atividade social por meio da qual os alunos podem se expressar e atuar no mundo. A BNCC prevê, portanto, que as escolas permitirão que os alunos se adaptem e se tornem proficientes na linguagem das tecnologias digitais.

No decorrer deste capítulo, discutimos sobre diferentes pontos da BNCC que fala sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no processo de Ensino e Aprendizagem. Além disso, vimos que nas competências 4 e 5 abordam o uso da TDICS nas aulas, ademais quando fizemos uma análise das dez competências para o componente de Língua Portuguesa dos anos finais; podemos constatar que ambas mostram possibilidades de se usar as tecnologias nas aulas.

Também podemos constatar que nos quatro campos que está dividida a disciplina, eles fazem referência ao uso das TIC. Por último, quando fizemos um quadro de mapeamento geral da disciplina de português no Fundamental II, sobre o uso das tecnologias como ferramenta de ensino, notamos que a Base nos apresenta um leque de possibilidades no que diz respeito ao uso das tecnologias no processo de Ensino e Aprendizagem. Dessa forma, percebemos que a BNCC prevê, portanto, que as escolas permitirão que os alunos se adaptem e se tornem proficientes na linguagem das tecnologias digitais. Além disso, conforme explicado nas diretrizes da educação básica, o uso de recursos tecnológicos deve ser fortalecido em cada disciplina.

A partir desta pesquisa, observamos que as tecnologias digitais, quando usadas nas aulas de Língua Portuguesa nas séries finais do Ensino Fundamental II, e utilizadas de forma correta no processo de ensino e aprendizagem, podem contribuir, diretamente, para uma melhor compreensão dos conteúdos do componente curricular de Língua Portuguesa. Além disso, poderá possibilitar aos educandos adquirir diversos conhecimentos de uma forma mais contextualizada e que atenda, assim, a demanda dos novos paradigmas que estão preestabelecidos nos novos documentos educacionais, mais precisamente na BNCC, que determina que o ensino deve ser de forma contextualizada partindo sempre do contexto de

forma geral. Contudo, ressaltamos que para a efetivação de uma aprendizagem significativa, é preciso que se desenvolva uma boa metodologia fazendo o uso das TDICS.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das exigências deste novo paradigma demandado pela sociedade moderna, o aluno deve ser crítico e participativo; capaz de construir seu próprio conhecimento, pois um ensino organizado de forma fragmentada que privilegie a memorização de definições e fatos, bem como de soluções de problemas padronizadas, não atende à demanda do novo modelo social.

A tecnologia digital integrada ao ensino como parte indispensável da cultura digital, não apenas os dispositivos e funções, mas também o meio de desenvolver atividades criativas e de comunicação de forma mais positiva e adequada. A utilização das TDICS nos espaços escolares enfatiza a importância de aprender a usar e criar tecnologias de comunicação, acesso e disseminação de informações, exercendo assim o papel de protagonista e autor na vida pessoal e coletiva dos alunos e professores. A BNCC, nessa visão, abre caminho para o uso das TDICS ao propor práticas sociais de leitura e escrita que mobilizam diferentes gêneros digitais, bem como diversas práticas e sistemas.

Ao analisarmos as competências gerais da BNCC constatamos que a 4 e 5 falam sobre o uso das tecnologias nas escolas, e a análise feita dessas duas competências corresponde ao objetivo: Identificar qual é a proposta metodológica que a BNCC tem para o Ensino de Língua Portuguesa fazendo uso das tecnologias. Depois, ao analisarmos as 10 competências do componente de língua portuguesa para os anos finais do Fundamental, conseguimos responder ao objetivo de: Verificar o que diz a BNCC sobre o ensino de Língua Portuguesa usando as novas tecnologias. Por último, ao fazermos um quadro de mapeamento geral na BNCC na parte de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental II sobre o uso das tecnologias, conseguimos alcançar o objetivo de investigar quais práticas de linguagens estão presentes no componente de Língua Portuguesa na BNCC.

A apreciação que foi feita na BNCC em que se tinha por objetivo analisar as diretrizes apresentadas na BNCC do Ensino Fundamental sobre o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação como ferramenta metodológica no processo de ensino e aprendizagem do componente de Língua Portuguesa, nos apontou que a cultura digital permeia todo o segmento dos anos finais do Ensino Fundamental, dando origem ou modificando gêneros e práticas discursivas.

Adicionalmente, temos defendido uma abordagem transversal à cultura digital, bem como a TDIC que articula práticas e dispositivos sociais de forma contínua, contextualizada e com procura crescente. Além disso, a análise mostra esforços para realizar um trabalho integrativo, considerando aspectos cognitivos, emocionais e tecnológicos ao longo de muitos anos.

Ainda com base na descrição da análise feita na BNCC sobre o uso das tecnologias nas aulas de Língua Portuguesa, verificou-se que o trabalho pedagógico com o uso de recursos tecnológicos poderá favorecer a construção do pensamento crítico, possibilitar uma maior compreensão de mundo e abrir caminhos para o domínio de conteúdos e conceitos de diversas áreas do conhecimento. Além disso, foi possível perceber que o trabalho com as mídias digitais na BNCC pode ocorrer de diferentes maneiras, mas ainda se apresenta restrito.

A análise das informações na BNCC sobre o uso das TDICS aponta para a necessidade de mudanças na escola, pois apesar da disponibilização de alguns recursos tecnológicos nas escolas, atualmente, ainda há um fracasso frente ao seu uso e aplicação em sala de aula, pois muito tem se falado em inserção das TDIC na educação, mas pouco tem sido investido nessa área para que haja uma melhoria efetiva na qualidade do ensino.

Sendo assim, torna-se evidente que quando o professor usa das tecnologias digitais para o ensino e aprendizagem dos educandos, fazendo com que o processo de interação entre professor- alunos- conteúdos, seja fundamental para um aprendizado diferenciado e que o ensino principalmente de Língua Portuguesa seja prazeroso e fomentada pelo equilíbrio entre o saber ensinar e o saber aprender.

Ao término da pesquisa, podemos comprovar que para a concretização de questões de aprendizagem e desenvolvimento dos conteúdos de língua portuguesa é fundamental usar-se de práticas de linguagens que contemplem o uso das TDICS, contribuindo para a formação permanente dos educandos. Desse modo, é conveniente construir uma política educacional permanente que venha assegurar o uso das TDICS no processo de ensino e aprendizagem, pois, só assim, poderemos efetivamente construir uma educação plena para o público da educação básica, garantindo-se uma formação plena e emancipadora.

Nesse contexto, incluir tecnologias digitais na educação significa não só utilizá-las como ferramentas ou suportes para facilitar a aprendizagem ou estimular o interesse dos alunos, mas também para construir conhecimento com os alunos e

construir conhecimento através da aprendizagem. Por fim, ressaltamos que este estudo não esgota o tema, porém, acreditamos que possa contribuir para futuros estudos no campo da língua portuguesa relacionados ao uso das TDICS no Ensino Fundamental II.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. J. Por que educação em primeiro lugar? In: Fernando José de Almeida, org. **O DNA da educação: legisladores protagonizam as mais profundas e atuais reflexões sobre políticas públicas**. São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2006, p. 14-9
- ALMEIDA, M. E. B. **Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, nº 2, p. 327-340, jul./dez. 2003.
- _____. PRADO, M. E. B. Apresentação da Série integração de tecnologias com as mídias digitais. In: **Boletim do Salto para o Futuro**. Brasília: MEC, SEED, 2005. Disponível em: 31 jul. 2006
- _____. **Proinfo: Informática e Formação de Professores – Vol. 1; Brasília: MEC/ Secretaria de Educação à Distância –**, 2000; p. 192.
- ANA, P. **Observatório Movimento Pela Base**. [S.l.]. Observatório, 2013. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/competencias-gerais-da-bncc/>. Acesso em: 8 jun. 2023.
- ANTUNES, I. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.p. 172.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, 1997, MEC/SEF.
- _____. **Conselho Nacional de Educação** Ministério da Educação. Brasília, 2017.
- _____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- _____. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- CEREJA, W.; MAGALHÃES, T. C. **Português linguagens**. 9. ed. São Paulo: Saraiva 2013.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diversidades nas escolas**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISÍO, A.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. **Gêneros Textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

MASSON, G. **Políticas de formação de professores: as influências do neopragmatismo da agenda pós-moderna.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, Vozes, 2010.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica.** 21. ed. São Paulo: Papirus, v.3, 2013. 171 p.

PRETTO, N.L. Cultura digital e educação: redes já! In PRETTO, N e SILVEIRA, S. A. (org). **Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder.** Salvador, Edufba, 2008

SANTOS, V.L. **Ensino de Língua Portuguesa.** Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009

VIEIRA, R.S. **O papel das tecnologias da informação e comunicação na educação: um estudo sobre a percepção do professor/aluno.** Formoso: Univasf, v. 10, 2011, p. 66-72.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental.** Porto, Universidade de Algarve, 2006.